

Representações Imaginárias Sociais da Infidelidade Conjugal Feminina em Belém-PA



Os acrobatas, Fernand Léger (1933).

Igor de Mesquita Randel



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Igor de Mesquita Randel

Representações Imaginárias Sociais da Infidelidade Conjugal Feminina em Belém-PA

Belém – PA

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Igor de Mesquita Randel

Representações Imaginárias Sociais da Infidelidade Conjugal Feminina em Belém-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, nível Mestrado, na linha de Pesquisa, Cultura, Linguagem e Subjetivação, pela Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador Prof. Dr. André Maurício Lima Barretto.

Belém – PA

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Randel, Igor de Mesquita

Representações imaginárias sociais da infidelidade conjugal feminina em Belém-PA / Igor de Mesquita Randel; orientador, André Mauricio Lima Barretto. - 2009

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2009.

1. Mulheres casadas - Belém (PA) - Comportamento sexual. 2. Relação homem mulher. 3. Mulheres - Psicologia. 4. Adultério. 5. Castoriadis, Cornelius, 1922-1997. I. Título.

CDD - 22. ed. 305.4098115

FOLHA DE APROVAÇÃO

IGOR DE MESQUITA RANDEL**Representações Imaginárias Sociais da Infidelidade Conjugal Feminina em Belém-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia para obtenção do título de Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará.

Orientador Prof. Dr. André Maurício Lima Barretto.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. ANDRÉ MAURÍCIO LIMA BARRETTO
(Universidade Federal do Pará)
ORIENTADOR

Prof^ª. Dr^ª. CRISTINA DONZA CANCELA
(Universidade Federal do Pará)

Prof^ª. Dr^ª. ADELMA PIMENTEL
(Universidade Federal do Pará)

Aprovado em: ____ / ____ / 2009.

Conceito Geral: _____

A Socorrinho,

Mulher maravilhosa que se tornou minha companheira dos belos e dos difíceis momentos da minha vida, pessoa que sempre está ao meu lado independente da ocasião. Mulher por quem eu tenho imenso carinho, amor, ternura e uma eterna admiração pelos seus simples gestos que me encantam e cativam dia e noite. E, por você ser essa pessoa maravilhosa, sem igual, é a mulher eternamente amada.

Este trabalho representa o resultado da sua presença ao meu lado e da sua magnitude como amiga, eterna companheira de todas as horas, parte inseparável da minha felicidade.

AGRADECIMENTOS

Ao André, meu orientador, pelas diversas conversas, sugestões e empenho com o fim de melhorar a cada momento este trabalho.

Às participantes que contribuíram com os relatos de suas vivências de prazer, culpa e emoção, sem as quais não seria possível realizar esta pesquisa.

Aos professores e colegas que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste estudo.

À CAPES pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

A meu pai, minha mãe e meus irmãos pelo apoio e incentivo.

À querida Socorro, por quem tenho um carinho e uma admiração especial que, com seu jeito leve de ser, leu cuidadosamente este trabalho fazendo extraordinárias contribuições, e que a cada momento, ao meu lado, ensina-me a viver com ternura e felicidade, sendo uma presença alegre, amorosa, sem igual e uma companhia maravilhosa.

Pois Luísa ia revirar este mundo de ponta-cabeça. Não só porque teve uma relação muito especial com D. Pedro II, mas porque teve uma relação muito especial com a vida. Devorou-a com apetite. Tomou o destino nas próprias mãos. Verdadeira camaleoa, Luísa se negou a ser prisioneira dos limites de sua época. Preferiu as aventuras do dia-a-dia. Inventora de uma maneira de viver, criadora de uma imagem de si, Luísa modelou seu destino, sempre insatisfeita com o que lhe foi dado. Sua existência, como a de todos os personagens fascinantes da história, foi marcada por ambiguidades. Ela foi “maravilhosa”, coquete e amante. Quando quis, no entanto, também foi esposa exemplar.

(Sobre a *Condessa de Barral*, Mary Del Priore)

RESUMO

Esta pesquisa objetivou identificar e compreender as representações imaginárias sociais sobre relacionamento extraconjugal feminino, presentes no discurso de mulheres casadas que mantêm relacionamentos extraconjugais. A teoria de Cornelius Castoriadis deu suporte para a realização deste estudo. Foi utilizada a metodologia qualitativa e foram realizadas entrevistas semidirigidas para obtenção das informações junto as participantes. Foram entrevistadas 09 mulheres casadas, com idade entre 30 e 48 anos, da classe média urbana de Belém-PA, que disseram ter pelo menos uma relação extraconjugal. Os dados foram analisados por meio do Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). A análise dos resultados demonstraram que as mulheres justificam suas traições devido à traição do marido, como uma vingança, ou pelo fato dos cônjuges não as satisfazerem afetiva e/ou sexualmente. Exploraram-se: os diversos significados que as entrevistadas atribuíram à infidelidade; o modo como essas mulheres vivenciam o sentimento de culpa gerado pelo conflito existente entre as regras sociais introjetadas e o desejo de viver uma relação extraconjugal. Dessa forma, a infidelidade conjugal remete a momentos de felicidade, vivências que fogem à rotina diária, propiciada pelos momentos de lazer. Conclui-se que a dimensão imaginária direciona a ação humana, assumindo um papel fundamental na materialização da infidelidade no que diz respeito ao desejo dessas mulheres de manter uma outra relação fora do casamento. Dessa forma, ressalto que somente o conhecimento das regras instituídas socialmente não são suficientes, apesar de imprescindíveis, para gerar ações e modos de pensar compatíveis com as normas e valores sociais.

PALAVRAS-CHAVE: conjugalidade; Cornelius Castoriadis; infidelidade conjugal feminina; relação extraconjugal; representações imaginárias sociais.

ABSTRACT

The aim of his work was to identify and understand the social imaginary representations about the female extramarital relationship that are present into the speech of married women who keep extramarital relationships. Cornelius Castoriadis' theory supported the realization of this study. The utilized methodology was the qualitative methodology and semi-oriented interviews were achieved to obtain informations of the participants. Nine married women were interviewed, between 30 and 48 years-old, who belong to the urban middle class. These women were said to have at least one extramarital relationship. The data was analysed through "Método de Explicitação do Discurso Subjacente" (MEDS). The analysis of the results demonstrated that women justify their treasons due to the husband's treason, as a revenge, or because their husband's do not satisfy them affectively and/or sexually. The explored themes were: the various meanings that the interviewed women attributed to infidelity; the manner how these women live the feeling of guilt produced by existent conflicts between the introjected social rules and the desire to live an extramarital relationship. The matrimonial infidelity remits the happy moments that aren't experienced daily, propiciated by moments of leisure. Therefore the imaginary dimension leads the human action, assuming a fundamental role in materialization of infidelity concerning the desire of these women to maintain another relationship outside their marriage. Therefore it is evident that only the knowledge of the socially established rules are not enough, even they are indispensable, to produce actions and thinking manners that are compatible with the social standards and values.

Key-words: matrimoniality; Cornelius Castoriadis; female matrimonial infidelity; extramarital relationship; social imaginary representations.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	12
2 - CAMINHOS PARA SE COMPREENDER A INFIDELIDADE CONJUGAL	16
2.1 - Quem são as participantes da pesquisa	17
2.2 - Como foram as entrevistas	18
2.3 - Uma forma de explicar o sentido subjacente das falas femininas	21
3 – A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE CORNELIUS CASTORIADIS PARA PROPOSTA DESTA PESQUISA	24
3.1 - O pensamento de Cornelius Castoriadis: uma forma de ser	24
3.2 - A relação entre a instituição, o simbólico e o imaginário	28
3.3 - O mundo humano não é somente um mundo de coisas, mas de significações: as representações imaginárias sociais	31
4 – CASAMENTO E INFIDELIDADE CONJUGAL: DIFERENTES FORMAS DE VIVENCIAR OS LAÇOS AFETIVOS	37
4.1 – Conjugalidade: obrigação de exclusividade afetiva e sexual	37
4.2 – As representações imaginárias da infidelidade conjugal feminina	44
4.2.1 – A infidelidade e suas nuances	45
4.2.2 – Infidelidade e autoimagem	58
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6 - REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE I	71
APÊNDICE II	72
ANEXO	73

1 - INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi identificar e compreender as representações imaginárias sociais sobre relacionamento extraconjugal feminino, presentes no discurso de mulheres casadas¹ que mantêm relacionamentos extraconjugais².

Neste sentido, o termo casamento será utilizado de forma abrangente para estabelecer o vínculo conjugal incluindo o casamento civil, o religioso ou o consensual³.

O caminho percorrido para a escolha do tema proposto obedeceu a uma lógica acadêmica, profissional e pessoal. Em 2001, quando estudava o terceiro ano do curso de Psicologia, realizei minha primeira pesquisa intitulada “Ciúme no Casamento” com o objetivo de investigar quais os motivos apontados pelos parceiros ao sentirem ciúme recíproco dentro do casamento. A conclusão dessa pesquisa foi apresentada em forma de painel no Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em outubro de 2001.

Um ano mais tarde, em 2002, como Trabalho de Graduação para formação de Bacharel em Psicologia, desenvolvi outra pesquisa, sob o título “Manifestações do ciúme em relações heterossexuais”, cujo objetivo consistiu em identificar quais os elementos e as circunstâncias que funcionam como fatores desencadeantes das manifestações de ciúme em casais de namorados heterossexuais.

Em 2004, durante o Curso de Especialização em Terapia Familiar, apresentei a monografia intitulada “Relações afetivas entre casais homossexuais” que objetivou compreender o desenvolvimento da relação afetiva entre casais homossexuais masculinos e femininos.

Nessas três pesquisas realizadas a relação extraconjugal não foi o foco principal, mas, ao se falar em ciúme, havia a ideia fictícia ou real de relação extraconjugal, tanto para os casais ao comentarem sobre a desconfiança gerada pelo ciúme, quanto para mim, durante as entrevistas e análises dos relatos.

Assim, ao pensar no discurso dos entrevistados das pesquisas citadas acima, além da minha vivência acadêmica e profissional, veio-me a vontade de continuar a trabalhar no campo dos relacionamentos afetivos, campo este cujo prazer de pesquisar me incentivou a estudar as representações imaginárias sociais sobre relação extraconjugal feminina, o que

¹ Nesta pesquisa, considerei relacionamento conjugal aquele denominado, ou que se configura, em nossa sociedade, como casamento.

² Para esta pesquisa utilizei a denominação *relação extraconjugal* para caracterizar a relação afetiva e/ou sexual fora do relacionamento oficial – casamento.

³ Casamentos consensuais são aqueles em que não há nenhum tipo de cerimônia civil ou religiosa.

engendrou o seguinte questionamento: quais as representações imaginárias sociais sobre relacionamento extraconjugal feminino, presentes no discurso de mulheres casadas que mantêm relacionamentos extraconjugais?

A intenção de trabalhar com o discurso feminino atrelou-se ao interesse de compreender a vivência da mulher sobre relações extraconjugais. Com isso, busquei abstrair o significado que essas mulheres atribuíam as suas relações extraconjugais.

Utilizei como fundamentação teórica o pensamento do filósofo Cornelius Castoriadis. No universo de estudo castoriadiano sobre Política, Economia e Psicanálise me detive a estudar as principais ideias referentes ao conceito de representações imaginárias sociais. Explorei, além da obra de Castoriadis, outros comentadores, como, por exemplo, Barretto (2004; 2003; 1998); Losada (2006); Machado (2002); Pennaforte (2007); entre outros que foram utilizados como suporte para o entendimento do pensamento castoriadiano.

No que diz respeito à revisão da literatura sobre relação extraconjugal, utilizei pesquisadores que direta ou indiretamente abordam essa questão. Além disso, esta pesquisa apresentou-se permeada por assuntos ligados à relação conjugal.

A relação extraconjugal encontra-se amplamente discutida por diversas áreas do conhecimento como a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Literatura, a Biologia, o Direito, o Serviço Social, entre outras. Isso demonstra os múltiplos olhares acerca do tema, pois “tentar entender as razões da traição tem sido encarado com seriedade pela comunidade acadêmica” (GOLDENBERG, 2006, p. 145).

A princípio, uma revisão da literatura, indicou, até onde pude pesquisar, não haver trabalhos em Belém-PA com o mesmo objetivo deste estudo. A investigação sobre a infidelidade conjugal feminina foi realizada em livros, artigos, dissertações de mestrados e teses de doutorados nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA), nas bibliotecas *on line* da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (UNICAMP), no banco de dados *on line* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em outros *sites* da internet.

Na biblioteca setorial do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, por exemplo, encontrei uma dissertação de Mestrado em Antropologia (ABREU, 2006) que teve como objetivo compreender como mulheres e homens vêm, de acordo com os diferentes níveis sociais, a infidelidade. No geral, observei que as pesquisas realizadas nos últimos anos (2001-2008) – as quais tiveram enfoque antropológico, sociológico, biológico e jurídico – e

disponíveis nos bancos de dados foram, em sua maioria, direcionadas à relação extraconjugal masculina.

A infidelidade, desse modo, é um tema bastante intrigante e questionador. Goldenberg (2006, p. 17), por exemplo, questiona, após duas décadas de pesquisa, “por que a infidelidade continua sendo um dos principais, se não o principal, problema de um casamento?”. Problemática que considerou a extraconjugalidade como uma vivência complexa, visto que está relacionada a diversos fatores, como, por exemplo: à monotonia da relação, à tentativa frustrante e inviável de viver a monogamia, às crises conjugais ou à necessidade de se ter uma variedade de parceiros(as), a uma forma de se vingar do parceiro e à necessidade de se sentir desejada, e às representações imaginárias sociais femininas quanto aos seus desejos e fantasias.

A partir disso, pensei na viabilidade de um estudo pelo viés psicológico que contribuísse para compreender outras configurações de relacionamentos afetivo-sexuais, nos quais as mulheres representam suas vivências sexuais, afetivas, fantasias e desejos. “Parece necessário, apesar de difícil, buscar uma lógica simbólica ou cultural para ter uma visão mais abrangente da infidelidade” (GOLDENBERG, 2006, p. 53). Nesse sentido, realizou-se uma análise concatenada com discursos, valores, crenças, atitudes, desejos e significados femininos atribuídos à relação extraconjugal feminina.

Foi nessa perspectiva paradigmática e epistemológica que compreendi a indeterminidade, explicada por Castoriadis, como a dimensão ontológica que deu suporte a esta pesquisa, pois pareceu ser impossível trabalhar com sujeitos a partir de concepções estritamente deterministas que polarizam o homem.

No tocante à estrutura metodológica, escolhi para essa investigação a abordagem qualitativa, pois foi necessário interpretar questões sociais e subjetivas do contexto da pesquisa. Em consonância com a abordagem qualitativa, optei pelo Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS) do qual extraí o registro explícito do papel do discurso, ou seja, ouvi detalhadamente em contextos espontâneos as participantes da pesquisa. Durante a seleção das participantes o principal critério foi escolher mulheres casadas, que mantêm ou mantiveram pelo menos uma relação extraconjugal.

Construí um roteiro com os assuntos a serem explorados nas entrevistas. Foram pontos que serviram para guiar o direcionamento da entrevista, por meio de um roteiro semiestruturado e flexível que possibilitasse o fluxo de associação livre de ideias das entrevistadas. Os dados obtidos da transcrição dessas entrevistas foram organizados em categorias de significação temática que emergiram das interpretações das informações.

Isto posto, é possível dizer que a relação extraconjugal não é só passível de mudanças, mas intrinsecamente mutante na medida em que é histórica e contextual, o que significa que ela varia no tempo e no espaço tanto físico como social. Sendo assim, a contribuição dessa pesquisa atrela-se à questão que aponta primeiro para a ausência de estudos com o mesmo objetivo proposto nesta pesquisa; segundo, soma-se aos trabalhos até então realizados em Belém-PA que investigam sobre a temática da infidelidade; e, por fim, contribuir para outras investigações que queiram realizar um trabalho comparativo dessa pesquisa com outros contextos de outras regiões brasileiras.

2 - CAMINHOS PARA SE COMPREENDER A INFIDELIDADE

Como via de acesso para se alcançar a realidade social, utilizei, nesta pesquisa, a abordagem qualitativa, já que possibilitou uma compreensão particular da realidade e das infinitas possibilidades de interação indivíduo-mundo. A minha inserção no local da pesquisa propiciou a captura direta de informações, ou seja, os gestos, as falas, as expressões compuseram um contexto de significados em que as palavras e imagens das participantes foram priorizadas na construção de seus discursos. Por meio dessa abordagem, adotei o ponto de vista dos sujeitos e considerei suas representações imaginárias sociais presentes em seus discursos.

A partir desse entendimento, fundamentei-me no entendimento de Minayo (1994, p.21-2).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificada. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Por meio dessa abordagem, identifiquei e compreendi, até onde pude ver, as representações imaginárias sociais sobre relação extraconjugal verbalizadas pelas participantes. Sendo assim, a compreensão de tal realidade foi percebida pelo pesquisador através “dos olhos dos pesquisados” (GOLDENBERG, 2003, p. 27), em que cada sujeito pode ser visto como sendo, “ao mesmo tempo, singular e universal, expressão da história pessoal e social, representatividade de seu tempo, seu lugar, seu grupo, síntese da tensão entre a liberdade individual e o condicionamento dos contextos estruturais” (GOLDENBERG, 2003, p. 36).

O método qualitativo objetivou compreender profundamente a especificidade dos fenômenos sociais (HAGUETTE, 1997), dando maior atenção aos aspectos subjetivos da ação social, visto que, ao estudar representações de mulheres sobre relação extraconjugal feminina, analisei os significados de suas ações individuais e sociais. Em outras palavras, esse método ressaltou a idiosincrasia e a diversidade do fenômeno societal (FARIA-LEITÃO & FRISON, 1994). Com relação a isso, a abordagem qualitativa teve como principal característica a não quantificação das informações colhidas nas entrevistas.

2.1 - Quem são as participantes da pesquisa

O campo de pesquisa foi um recorte do espaço geográfico onde a investigação se realizou (MINAYO, 1994), dentro do qual se estabeleceu a dinâmica de interação social, em que se deram as manifestações intersubjetivas entre o indivíduo e a sociedade instituída/instituinte e entre pesquisador e pesquisados, o que possibilitou a produção de novos conhecimentos. Nesse propósito, escolhi para esta pesquisa mulheres residentes na cidade de Belém-PA.

A coleta de dados foi realizada durante os meses de maio a novembro do ano de 2008. Entrevistei 11 mulheres, sendo que 2 dessas entrevistas funcionaram como entrevistas-piloto e as outras 9 foram consideradas relatos definitivos desta pesquisa. Selecionei como participantes mulheres que se declaravam casadas e que vivenciaram ou vivenciavam uma ou mais relações extraconjugais, concomitantemente com o seu relacionamento conjugal. Além disso, as participantes tinham entre 30 e 48 anos de idade, considerando essa delimitação de faixa etária para exprimir um conjunto de representações de uma geração. E, como critério socioeconômico, escolhi mulheres da classe média urbana da cidade de Belém-PA que tenham concluído o ensino médio e/ou superior. (VER APÊNDICE I).

Nesse sentido, no processo de recrutamento e seleção para as entrevistas, adotei o *princípio da homogeneidade*, por meio do qual os sujeitos são escolhidos a partir de critérios pré-estabelecidos (idade, gênero, grau de escolaridade etc) em que busquei um enquadramento das participantes em um perfil a ser precisamente definido para que pudesse inserir essas mulheres como membro de um grupo social específico (NICOLACI-DA-COSTA, 2007).

A primeira dificuldade durante a pesquisa de campo foi conseguir um local para realizar as entrevistas, pois era necessário um local adequado e com privacidade para dialogar com as participantes. Foi importante a garantia da privacidade das entrevistas realizadas devido à particularidade da temática, uma vez que a presença de outras pessoas no ambiente da entrevista prejudica a espontaneidade das participantes (HAGUETTE, 1997). A quebra dessa espontaneidade é um dos aspectos que pode interferir na qualidade das informações construídas entre o sujeito e o pesquisador.

Nesse sentido, resolvi sublocar um consultório de Psicologia onde realizei as entrevistas, o que facilitou a expressão espontânea das participantes. Desse modo, as entrevistas fluíram como uma conversa informal (NICOLACI-DA-COSTA, 2007).

O número de participantes não foi delimitado no projeto de pesquisa, pois considerei o argumento de Nicolaci-da-Costa (2007, p. 11-2) ao afirmar que no universo da pesquisa

qualitativa é consenso entre os pesquisadores o emprego de pequenas amostras. Assim, não estipulei, a princípio, o número de participantes da pesquisa, porque “o principal critério usado para determinar se o número de participantes é suficiente para a investigação de um determinado assunto é o ponto de saturação das informações”.

Nicolaci-da-Costa (2007) destaca que o ponto de saturação das informações ocorre, quando o pesquisador, após algumas entrevistas, começa a ouvir, de novos participantes, histórias muito parecidas àquelas que já escutou em entrevistas anteriores, surgindo poucas informações novas, ou seja, a representação manifestada por um certo número de sujeitos e por um número maior será a mesma.

As entrevistadas não se mostraram constrangidas, tampouco tímidas ao relatarem sobre infidelidade. No entanto, pelo fato de ser um assunto que envolve segredos conjugais, não foi possível recrutar um número maior de participantes, mas as que se disponibilizaram a falar contribuíram para a compreensão da infidelidade através da perspectiva das representações imaginárias femininas.

2.2 - Como foram as entrevistas

Utilizei a entrevista semidirigida como técnica de construção dos dados, pois, por meio da linguagem e do discurso, foi possível ter acesso às experiências subjetivas, às vivências do outro, as suas representações, isto é, “o fato de estarmos imersos na linguagem é o que me possibilita ser num certo modo de ser, ímpar na natureza” (PASSOS, 2006, p. 6), visto que, no momento em que o indivíduo assimila a linguagem, por meio do processo de socialização, ele está apreendendo, compartilhando, internalizando e introjetando os valores, os significados, as ideias, os sentidos correspondentes e adequados ao seu grupo social.

A entrevista semidirigida permitiu que as participantes falassem das suas próprias crenças, valores e opiniões, ou seja, permitiu-me ver a partir do ponto de vista das participantes, compreendendo o universo do outro como o outro vê e não com os meus próprios valores e crenças. Recorri a essa técnica, para que pudesse revelar o discurso das entrevistadas, bem como a sua subjetividade, captando os significados tais como se manifestaram no discurso. Em outras palavras, a compreensão do discurso foi uma estratégia para compreender a realidade psíquica e social-histórica das participantes.

Além disso, a entrevista semidirigida foi escolhida, porque apresentou como característica o uso de itens mais ou menos abertos para que elas pudessem servir como um guia da entrevista. Esses itens foram livremente respondidos pelas entrevistadas, demonstrando o que Flick (2004, p. 107) argumenta: “se os enunciados concretos sobre um

assunto forem o objetivo da coleta de dados, uma entrevista semi-dirigida será a maneira mais econômica”.

As representações enunciadas nas falas das participantes estavam ligadas a questões dinâmicas e processuais. Conforme Turato (2003), ao valorizar o processo, o pesquisador ocupa-se com a maneira pela qual o objeto opera em um determinado tempo e espaço, conhecendo a dinâmica do objeto estudado e suas modificações peculiares. Sendo assim, trabalhei ciente da complexidade dos fenômenos que ocorreram na vida dos pesquisados. A compreensão da complexidade processual dos fenômenos é “o retrato que o informante tem de seu mundo” (HAGUETTE, 1997, p. 88).

Após o término de cada entrevista, eu transcrevia os relatos a fim de que outra pessoa não tivesse acesso ao material. Na transcrição, foi mudado o nome das participantes e de outras pessoas citadas durante a entrevista; adotei, então, pseudônimos para preservar a identidade dos sujeitos. Para isso, foram levadas em consideração as diretrizes éticas de uma pesquisa científica.

Não foram adotados questionários e formulários, pois a entrevista foi a técnica mais compatível para trabalhar o universo psicológico e ocupacional de cada sujeito.

Nesse sentido, a entrevista semidirigida não se restringiu a uma simples coleta de dados, pois “a entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1997, p. 86). Os eixos norteadores da entrevista foram a infidelidade, o casamento e a fidelidade, os quais foram utilizados para que a construção dos dados não fosse mecanizada, sendo a mais natural possível (NICOLACI-DACOSTA, 2007).

Não foi invalidada qualquer contradição no depoimento dos informantes, pois tal contradição ocasionou importantes descobertas e não invalidou, em nenhum momento, o depoimento (HAGUETTE, 1997).

Nicolaci-da-Costa (2007) salienta que as perguntas da entrevista podem ser de três maneiras: abertas, que possibilitam conhecer o ponto de vista do entrevistado, chegando-se à subjetividade dos participantes; fechadas, que geram respostas afirmativas ou negativas; e perguntas de esclarecimento, que provocam respostas de aprofundamento. Esses três tipos de perguntas foram utilizados durante as entrevistas. Além disso, as perguntas foram ajustadas em decorrência do contexto.

Minayo (1994) explica que o pesquisador deve buscar uma aproximação com os possíveis informantes. Essa aproximação com as participantes foi concatenada com os

objetivos metodológicos pré-estabelecidos no projeto de pesquisa. Aproximei-me das entrevistadas por meio de contatos com pessoas da minha *rede de relacionamento social*, a qual é composta por pessoas que fazem parte de meu grupo social, em que consiste a relação de amizade e de parentesco, como, por exemplo, amigos e familiares. Escolhi essas estratégias em função dos objetivos desta pesquisa.

As estratégias que utilizei para recrutar as participantes foram as seguintes: solicitei à pessoa da minha rede de relacionamento que informasse a possível entrevistada o número do meu celular, objetivando que a suposta participante ligasse no horário mais conveniente para ela. Outra estratégia foi pedir para a pessoa da rede de relacionamento que perguntasse à provável participante qual seria o melhor dia e horário para que eu entrasse em contato com ela.

Após a indicação das possíveis participantes pelas pessoas da rede de relacionamento, eu entrava em contato por meio de telefonema e explicava sobre a pesquisa, momento em que nenhuma se mostrou resistente a participar, com a condição de que o sigilo fosse preservado. Após estabelecido um contato inicial, apresentei a proposta de estudo às prováveis participantes informando os objetivos e desdobramentos da pesquisa. Esclareci à participante que as informações seriam dadas a partir de sua livre vontade e que não haveria, em nenhum momento, coerção ou obrigatoriedade para prestar informações.

Antes de iniciar cada entrevista, eu explicava mais detalhadamente sobre a pesquisa, informava que os relatos seriam gravados em um MP4 e solicitava que lessem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE⁴. Caso concordassem em dar o seu relato, assinariam esse documento. Dessa maneira, formalizava-se a permissão para a realização das entrevistas por meio da assinatura do TCLE, no qual constavam os objetivos da pesquisa e a finalidade dos relatos coletados bem como qualquer outra providência necessária à coleta de dados. (VER APÊNDICE II).

Posterior ao exame de qualificação, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado perante o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (VER ANEXO). Fato que legitimou a iniciação da coleta de dados. Ao finalizar a pesquisa, foi dado um retorno às entrevistadas, momento o qual informei as conclusões da pesquisa.

⁴ O TCLE foi baseado na Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 16/2000 que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Bem como na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 196/96 que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

2.3 – Uma forma de explicitar o sentido subjacente das falas femininas

A atenção destinada às falas das participantes recebeu um tratamento que pudesse explicitar e tornar visível os significados entrelaçados nas representações das entrevistadas. Usei um método que possibilitasse trabalhar a linguagem de modo a identificar regras, valores e sentimentos que caracterizariam as representações imaginárias sociais femininas de um determinado grupo de mulheres em um determinado período histórico. Então, para esse processo de investigação adotei os procedimentos do MEDS.

O MEDS, contudo, vai um passo além e, juntamente com outros autores (Bernstein, 1977; Foucault, 1966), parte do pressuposto de que, ao internalizarmos uma língua nos contextos em que ela é naturalmente usada, internalizamos todo um conjunto de conceitos, regras, valores, etc. que caracterizam uma determinada sociedade ou grupo social em um determinado período. Esse processo de internalização, por seu turno, nos constitui como sujeitos individuais. Segue-se que, uma vez que o discurso nos constrói e reconstrói como sujeitos em conformidade com os valores sociais dos grupos aos quais pertencemos ao longo da vida (Bernstein, 1977; Foucault, 1966; Nicolaci-da-Costa, 1987), o discurso também pode revelar os valores a partir dos quais se dão essa construção e reconstrução (NICOLACI-DA-COSTA, 2007, p. 6-7).

A escolha do MEDS aconteceu em decorrência desse método ter sido desenvolvido para trazer à tona transformações e conflitos psicológicos que, muitas vezes, não são verbalizados explicitamente pelos entrevistados, porque eles próprios não têm consciência sobre o fenômeno que se refere aos processos de socialização do sujeito.

Em um primeiro momento, fiz um roteiro que apliquei nas primeiras entrevistas (entrevistas-piloto). Era preciso testar se o roteiro contemplaria as questões que eu gostaria de explorar na pesquisa. Fiz as entrevistas-piloto e depois percebi que alguns itens do roteiro não estavam concatenados com os objetivos da pesquisa. Então, reconstruí o roteiro e elaborei itens que possibilitassem a associação livre de ideias das participantes. Depois das entrevistas-piloto, as outras entrevistas fluíram com mais qualidade e quantidade de informações sobre a questão.

O roteiro da entrevista foi memorizado para que eu pudesse conduzir a entrevista de modo a explorar todos os tópicos norteadores, almejando, assim, obter uma visão individual e social do sujeito. Os tópicos abordados no roteiro foram os seguintes: (1) representação de infidelidade; (2) representação de fidelidade; (3) representação de casamento; (4) o surgimento do desejo que direcionou à relação extraconjugal; (5) representações de amante;

(6) a vida afetiva e sexual com o amante; e (7) as reações da sociedade e da família em relação à vivência da extraconjugalidade.

As entrevistas duraram em média uma hora e meia e foram transcritas na íntegra, sem qualquer alteração, inclusive os “erros gramaticais, palavrões, expressões chulas e congêneres devem ser transcritos, pois, quando presentes, fazem parte dos discursos dos participantes” (NICOLACI-DA-COSTA, 2007, p. 17).

As entrevistas não foram expostas na seção de resultados nem em anexo por serem muito longas, aproximadamente 20 páginas cada uma, e por acreditar que as passagens mais relevantes foram apresentados em forma de transcrição durante a análise dos dados. Considerei que com a transcrição literal das entrevistas, os trechos apresentados na análise dos resultados teria mais vida (TURATO, 2003).

Primeiramente, fiz uma leitura para extrair as categorias das informações transcritas. Nesse momento, segui as orientações de Nicolaci-da-Costa (2007), em que as categorias que emergem do material coletado seguem a abordagem *êmica*.

Além disso, esta pesquisa trilhou pelo caminho metodológico da Análise do Discurso por considerar que, a partir da linguagem e do discurso das entrevistadas, fosse possível compreender as representações sobre relação extraconjugal das participantes da pesquisa, tendo em vista que, no discurso, estão as significações que as pessoas atribuem aos fenômenos da realidade social.

Segundo Minayo (2006), para uma análise de significados a presença de determinados temas denota estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou subjacentes no discurso.

Neste sentido, Nicolaci-da-Costa (2007) explica que há duas etapas durante as análises dos resultados. De um lado, a análise interparticipantes que corresponde à análise dos depoimentos do grupo de participantes como um todo. E, de outro, a análise intraparticipantes que se refere à análise minuciosa de cada uma das entrevistas individuais. Assim, reporteime a uma análise interparticipante e a uma análise intraparticipante em um processo iterativo, a fim de que o material coletado fosse apreendido em toda a sua complexidade.

Minayo (1992, p. 69) expõe três finalidades da fase de análise dos dados: a primeira é “estabelecer uma compreensão dos dados”, a segunda é “confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ou responder às questões formuladas” e a última é buscar “ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte”. A autora explica que na pesquisa social essas finalidades se complementam.

A análise das categorias resultou no agrupamento de dois núcleos de significação temática (Infidelidade e suas nuances; Infidelidade e autoimagem). Essa organização facilitou a elaboração do texto de análise, em que o material das entrevistas, já organizado, foi concatenado com o referencial teórico, a fim de chegar às discordâncias, às identificações, à compreensão e ao objetivo da pesquisa.

3 - A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE CORNELIUS CASTORIADIS PARA PROPOSTA DESTA PESQUISA

Este capítulo propõe-se a analisar a contribuição do pensamento de Cornelius Castoriadis⁵ para proposta desta pesquisa. Esse filósofo apresenta uma concepção nova sobre a origem das instituições sociais e a natureza da história. Sua perspectiva vai além da do materialismo histórico e da do funcionalismo. Destaco neste estudo, algumas dimensões que compõem a sua obra e que são necessárias para compreender o papel das representações imaginárias sociais.

3.1 - O pensamento de Cornelius Castoriadis: uma forma de ser

Castoriadis (1992), ao pensar o mundo por meio da categoria da determinidade e da categoria da indeterminidade, não o fragmenta. Ao contrário, o autor explica a coexistência dessas duas categorias. A categoria da determinidade concebe o mundo como algo pré-estabelecido, apenas com a finalidade de preencher as necessidades humanas de sobrevivência, enquanto que a categoria da indeterminidade traz a ideia de novas possibilidades, de vir a ser, da criação como principal característica humana.

O pensamento castoriadiano está fundamentado em três pressupostos: (i) crítica ao paradigma da modernidade; (ii) modelo antropológico que compreende o homem a partir da capacidade criadora; e (iii) um novo ordenamento circular do conhecimento, que se fundamenta na imaginação e no imaginário (LOSADA, 2006).

⁵ Cornelius Castoriadis nasceu em Constantinopla, na Grécia, em 1922. Aos 12 anos de idade, teve o primeiro contato com o marxismo. Descobriu a filosofia aos 13 anos. Aos 15, aderiu à Juventude Comunista, uma organização ilegal na Grécia. Percebeu as contradições do comunismo, pois ações e doutrina divergiam entre si. Aderiu, então, a um grupo trotskista grego, durante a ocupação nazista, indo além das análises do grupo e, por isso, rompendo com ele. Em 1945, aproximadamente aos 23 anos, mudou-se para França onde recebeu uma bolsa de estudos e onde viveu sob pseudônimo para fugir da deportação até conseguir sua cidadania francesa em 1970. Nesse país, entrou em contato com os trotskistas franceses, mas logo rompeu com este movimento. Em seguida, o filósofo greco-francês Castoriadis e Claude Lefort fundaram a Revista *Socialisme ou Barbarie*, tendo sua primeira edição em 1949 e sua última edição em 1965, com críticas fundamentadas no marxismo real, no totalitarismo soviético e nas instituições da sociedade. Nos anos 60, fez reflexões sobre a organização revolucionária e o capitalismo moderno, o que o levou às noções de imaginário instituinte e de instituição imaginária da sociedade. Em junho de 1968, publicou, com Lefort e Edgard Morin, *Mai 1968: la brèche*. Crítico seminal e pensador político, Castoriadis inspirou os eventos de maio de 1968 na França. Além de filósofo, psicanalista e bacharel em Direito, Castoriadis foi economista da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), até 1970. Singular estudioso da URSS (sovietologista) e crítico consciente da Esquerda internacional. Castoriadis tornou-se uma figura intelectual. Ele era expressivo no cenário ocidental com fundamentação pensante profunda e complexa sem utilizar-se da superficialidade analítica. Desse modo, perpassou por diversas áreas do conhecimento, criticando do marxismo à Psicanálise, deixando uma relevante contribuição para o pensamento contemporâneo. Morreu aos 75 anos de idade, em Paris, no dia 26 de dezembro de 1997 (PENNAFORTE, 2007 & MACHADO, 2002).

Na crítica ao paradigma da modernidade, Castoriadis apresenta a dimensão ontológica como uma nova maneira de compreender o ser de forma que este também seja entendido por meio da indeterminidade, das significações, da imaginação e do fluxo representativo. A dimensão antropológica, por sua vez, cria um novo discurso sobre o sujeito, uma nova compreensão do humano a partir da imaginação e da capacidade criadora. Na dimensão epistemológica, cria-se um novo saber, considerando que o homem está além de um organismo biofísico. Surge, então, “uma nova maneira de ordenar o pensamento, de forma circular” (LOSADA, 2006, p. 42), ou seja, surge a imaginação, o imaginário como epistemologia e campo do saber. Pode-se dizer que essas três dimensões não são fragmentadas; caso contrário, estariam outra vez subjugadas à linearidade.

O estudo do imaginário possui várias abordagens⁶, dentre as quais destaca-se a concepção de Castoriadis para quem o imaginário constitui um conceito fundamental. O imaginário castoriadiano acontece na intersecção da dimensão social-histórica com a dimensão psíquica. Castoriadis (1982), ao explicar o social-histórico, entende o social como as significações múltiplas e o histórico como as significações que mudam durante a história de uma sociedade. Esse social-histórico só pode existir dentro de uma sociedade sustentada por suas instituições que, segundo o filósofo, são “normas, valores, linguagem, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer frente às coisas e de fazer coisas” e de fazer o “próprio indivíduo”. A organização complexa dessas instituições é o que o autor denomina de “instituição da sociedade como um todo” (CASTORIADIS, 1987, p. 229).

Uma outra dimensão indissociável do imaginário diz respeito à psique concebida como tudo, no indivíduo, que não é social. É onde estão as representações mais primitivas, os sentimentos mais caóticos. É tudo o que se opõe às instituições sociais devido a sua característica antissocial, fechando-se ao mundo externo, à sociedade. Machado (2002, p. 300) explica que, para Castoriadis, psique é um “fluxo de representações ligado a uma multiplicidade de outras representações psíquicas, capazes da autoatividade construtiva, de criar um mundo, de instituir algo, imaginariamente”. Esta capacidade inerente ao humano de criar o próprio mundo é o que caracteriza todo ser vivo. Entretanto, o que o diferencia dos outros seres vivos é a *imaginação radical*, a qual além de ter a capacidade de fazer ser o que não é no mundo simplesmente físico, de se representar a sua própria maneira, é

⁶ Ver AUGRAS. Monique. “Mil Janelas”: Teóricos do Imaginário. In: **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 107-131, 2000.

constantemente criadora, fluxo espontâneo e incontrolável de representações, de afetos e de desejos, liberados de sua finalidade biológica (MACHADO, 2002).

Esse mundo fechado sem consciência de que há um dentro e um fora é o que Castoriadis (1982) denomina mônada psíquica. No estado monádico, as representações do mundo social não foram impostas à psique, ou seja, não foram reconhecidas pela psique. Entretanto, a psique não sobreviveria se continuasse isolada em seu próprio mundo psíquico sem que lhe fosse imposta de forma gradativa o mundo social. Essa lenta abertura ao externo e às instituições da sociedade se dá pela ruptura da mônada psíquica e pela socialização da psique – fase em que o sujeito começa a tomar forma de sujeito social. Esse processo de socialização da psique acontece em duas fases: a fase monádica e a fase triádica.

Na fase monádica, a mônada psíquica é entendida como a instância mais rústica e primitiva da psique, em que não há interação com os objetos exteriores à própria psique. Posteriormente, começa a se dar o surgimento de um objeto que estabelecerá com a psique uma relação muito primitiva. Esse surgimento do objeto no mundo exterior à psique é um reconhecimento primário da psique em relação ao objeto. Apesar dessa aparente abertura, a psique ainda se configura de forma bastante fechada, por isso, não podemos falar de uma abertura ao mundo social como se vai configurar na fase triádica.

A fase triádica é caracterizada pelo surgimento das relações entre o sujeito, o objeto e o outro. Nessa fase, há uma total ruptura com a fase monádica. A psique reconhece que há, efetivamente, um mundo interno e um mundo externo. No mundo externo, o outro é essencial para a socialização da psique, pois é esse outro – o coletivo anônimo – que impõe à psique as representações imaginárias sociais e, por meio da linguagem, as instituições da sociedade.

O ser humano, inicialmente uma mônada psíquica fechada em si mesma, onipotente, ao interiorizar (ou introjetar) as significações imaginárias sociais (SIS) – elas próprias criações social-históricas –, é pouco a pouco socializado. Vai resguardar sempre a ambivalência dos afetos inconscientes – amor e ódio – em relação aos objetos psíquicos primordiais, o que é um exemplo de que a psique nunca é inteiramente socializada, mas, sob as pressões das instituições sociais, vai sendo dominada, parte dela renuncia a onipotência e reconhece o outro. O indivíduo torna-se social, interioriza a totalidade da instituição de sua sociedade e as significações imaginárias que a organizam. Em troca, a sociedade lhe oferece um sentido para sua vida e, quase sempre, para sua morte (MACHADO, 2002, p. 300).

Na intersecção do domínio social-histórico com a psique, está o que Castoriadis (1982) denominou imaginário.

O imaginário é um mundo de significações. Habitado não apenas pela ficção ou pelas fantasias produzidas para preencher faltas, tapar as lacunas da sexualidade. Não é também o único causador das distorções da percepção, nem uma solitária faculdade responsável pelos erros de avaliação sobre a realidade exterior, como se fosse um elemento perturbador das funções psicológicas, desvalorizado frente a realidade instrumental. Menos ainda o simples depositário de ilusões, cenas inverossímeis tão caras ao psiquismo infantil do adulto e da criança (BARRETTO, 2004, p. 5).

Para Castoriadis, imaginário diz respeito às representações criadas por uma determinada sociedade em um determinado tempo, isto é, para ele, é “no psíquico e no social-histórico que encontramos esta capacidade de criação, que nomeei, mais particularmente, imaginação e imaginário” (CASTORIADIS, 1992, p. 91). O imaginário possui duas expressões: imaginário radical, quando relacionado à psique, sendo ele *condição de existência* do mundo humano, individual e social, ou seja, o imaginário radical é a instância responsável pela imputação de significados à realidade; e imaginário sócio-histórico, quando relacionado à sociedade (LOSADA, 2006).

Barretto (2004), ao explicar o pensamento de Castoriadis, anuncia que o imaginário castoriadiano propõe uma causalidade marcada pela tensão entre as exigências da psique e as instituições da sociedade. O imaginário é a potência de criação a partir do nada, que se manifesta de forma inédita na natureza, por meio tanto do desenvolvimento e autonomização do psiquismo quanto do surgimento da cultura como função destacada e acrescentada ao biológico. O imaginário psíquico-radical desdobra-se em um nível individual e singular; o imaginário social – produzido na e pela história por meio das instituições sociais –, e em um nível coletivo ou sócio-histórico.

A indissociabilidade entre a psique e a sociedade se repete na existência do indivíduo social (CARVALHO, 2008). Desta forma, apesar de heterogêneas, psique e sociedade se manterão indissociáveis, pois, nessa relação, nada passará à efetividade ou se tornará representação/afeto/intenção, se não for antes metabolizado pela psique, ou seja, sem que se submeta às instâncias psíquicas responsáveis pela regulação do material da vida e da atividade da psique em seu processo de socialização.

Igualmente, nada se representa e muito menos se institui sem que tenha passado pelo crivo interpretativo da sociedade, isto é, se submetido às instituições sociais. Uma vez que se fala em reciprocidade e interdependência entre sociedade e psique, mesmo que mantendo sua distinção, tanto o imaginário social quanto o pessoal serão analogamente inseparáveis.

O imaginário é um mundo de significações. Imaginar é construir um mundo vivo e aberto no qual a relação entre os significantes e o significado sejam reversíveis (BARRETTO,

2004). A natureza do sentido, nesse mundo, é a da sua flexibilidade, em que os símbolos criados são investidos de outra significação que não mais aquela de antes, as convencionais e modeladoras. O imaginário permeia, orienta, dirige a vida individual e coletiva, porque são as representações imaginárias sociais que organizam diversos significados da experiência. Lembrando que uma realidade é compreendida em um quadro de significações que lhe atribui sentido e maneira de existência.

Por meio dessa concepção de imaginário, deu-se a contribuição de Castoriadis ao modelo de pensamento contemporâneo, sendo a criação entendida como indeterminada e não-linear, o que resultou, então, no surgimento de novas formas não estabelecidas anteriormente, estando o *ser* sempre por *vir a ser*.

Sem a criação, o homem seria apenas repetidor de uma sociedade instituída, igualando-se às ações de todos os outros animais que, por exemplo, constroem suas “casas” sempre do mesmo jeito, com o mesmo material e sempre da mesma forma. Tal dimensão criadora e imaginária é a maior contribuição deixada pelo pensamento castoriadiano.

Segundo Losada (2006), Castoriadis concebe o humano por meio da criação, da alteridade, instituindo uma nova forma de compreender o humano, um novo referencial teórico e compreendendo a organização da sociedade de uma maneira até então não existente. Em outras palavras, pode-se dizer que Castoriadis inseriu no pensamento contemporâneo a ideia de criação e a categoria do imaginário. Indo além do paradigma moderno, que tem a linearidade, a determinidade e a racionalidade como fio condutor.

Essa nova forma de pensar o mundo mudou, radicalmente, a tendência reflexiva tradicional, seja na filosofia ou na psicanálise, e insere o dado da “criação” como fluxo representativo constante, constituindo em uma ontologia da indeterminidade como condição prévia de uma nova criação. Capacidade de criação constante, inerente a toda subjetividade, fluxo constante de representação/afeto/intenção, criação de novas figuras, novas formas. Criação cuja base se encontra na imaginação radical.

3.2 - A relação entre a instituição, o simbólico e o imaginário

Quando Castoriadis trata do social-histórico, ele deixa claro que existem elementos – as instituições, o simbólico e o imaginário – que, em uma relação interligada, materializam as sociedades e as culturas existentes.

Castoriadis propõe um novo olhar sobre a sociedade, sobre o sujeito e sobre a psicanálise. Contudo, o que existe de mais novo, a partir da contribuição do pensamento dele,

é a consideração do elemento “instituição” enquanto “imaginária” dentro da situação social histórica.

Para que as sociedades existam, elas precisam estar organizadas em instituições, as quais são uma “rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário” (CASTORIADIS, 1982, p. 159). São as redes simbólicas que dão sentido aos rituais, às leis e às imagens. Não obstante, essas instituições não se reduzem ao simbólico, mas a existência delas só poderá ocorrer no simbólico. As instituições permeadas por suas regras, crenças e valores, constroem o indivíduo que, por sua vez, reproduz e cria o modo de ser da sociedade, legitimando as convenções sociais da mesma. Dessa forma, o indivíduo e o social se criam indissociavelmente, ou seja, não vivem e não existem separadamente.

A instituição impõe à psique o reconhecimento de uma realidade comum a todos, regulamentada, que não é submissa aos desejos da psique. A instituição social é essa força criada pelo imaginário humano para regular a manifestação de seus desejos e possibilitar a vida em comum. O requisito mínimo para que uma pessoa possa se desenvolver é que a instituição ofereça à psique um novo sentido. O indivíduo social é, assim, constituído através da interiorização do mundo e das significações do mundo criadas pela sociedade.

Nesse sentido, Passos (2006) expõe que as instituições sociais são produções simbólicas intersubjetivas que dão ordem e sentido ao mundo e às relações sociais, sendo produzidas pelo que Castoriadis chama coletivo anônimo.

Por outro lado, não podemos compreender as instituições somente como uma rede simbólica ou um conjunto de regras instituídas, já que o simbólico institucionalizado e a funcionalidade institucional – o racional –, não se anulam e, sim, complementam-se. Assim,

o simbolismo refere-se necessariamente a alguma coisa que não é simbólica, e que também não é somente real-racional. Este elemento que dá à funcionalidade de cada sistema institucional sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele, esse estruturante originário, esse significado-significante central, fonte do que se dá cada vez como sentido indiscutível e indiscutido, suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, origem do aumento da existência dos objetos de investimento prático, afetivo e intelectual, individual ou coletivo – este elemento nada mais é do que o imaginário da sociedade ou da época considerada (CASTORIADIS, 1982, p. 175).

A esse respeito, cada instituição existe socialmente como sistemas simbólicos sancionados, ou seja, para que esta instituição exista dentro de uma sociedade é preciso que esteja de acordo com o que está legitimado, convencionalizado.

No domínio do imaginário, as relações entre o significante e o significado são muito mais flexíveis do que aquelas que caracterizam o simbólico. O simbolismo exige relações mais estáveis entre os significantes e os significados. Embora distintos, o imaginário e o simbolismo apresentam-se como redes interligadas, sem que um possa prescindir da existência do outro (BARRETTO, 1998, p. 204-5).

Tais sistemas simbólicos sancionados conferem aos símbolos, aos significantes e aos significados uma relação de modo mais estável. Além dessa relação, dessa união entre significante e significado, os sistemas simbólicos sancionados se impõem, mais ou menos forçosamente, sobre a sociedade da qual a instituição faz parte. É possível dizer, então, que tudo o que existe no mundo social-histórico está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico que é um plano de representações em que a relação entre o significante e o significado é sempre estável. Por exemplo, uma aliança é um símbolo que representa o casamento. Há, assim, uma relação entre o significante (o objeto aliança) e o significado, o sentido de compromisso com certo padrão de relacionamento (as regras e valores que estão legitimadas na instituição casamento numa determinada sociedade).

Para Castoriadis, o imaginário significa qualquer coisa de “inventado”. O simbolismo pressupõe a capacidade de ver nas coisas o que não existe nelas, de vê-las de forma diferente do que elas são. As sociedades criam os símbolos de que necessitam para assegurar seu próprio funcionamento. Dessa forma, o imaginário atua no mundo social, onde há um conflito, um problema que o homem precisa resolver e não o consegue no nível do racional. Com isso, introduz-se um elemento com uma definição própria, não-racional.

Existe um sentido que aparece, desde as origens, que não coincide com o “real”, nem com o racional, que não é verdadeiro e nem falso, mas pertence à ordem da significação, criação do imaginário. Toda elaboração psíquica tem, como ponto de partida, a necessidade que o sujeito tem de preencher um vazio. A função do imaginário é preencher essa carência, esse vazio do sujeito: que é a diferença entre a satisfação procurada e a satisfação na realidade obtida. A falta do objeto é o ponto de apoio da criação psíquica (CARVALHO, 1998).

É impossível compreender o que foi e o que é a história humana fora da categoria do imaginário. O imaginário social é o elemento que dá à funcionalidade de cada sistema institucional sua orientação específica que subdetermina a escolha e as conexões das redes

simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver, de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele. O produto do imaginário é uma espécie de cimento invisível que mantém unido o real que constitui o todo social.

3.3 - O mundo humano não é somente um mundo de coisas, mas de significações: as representações imaginárias sociais

As instituições da sociedade e seus sistemas simbólicos compõem o imaginário de uma determinada sociedade, o qual é sustentado por um conjunto articulado de significações imaginárias sociais e de representações imaginárias sociais.

As significações imaginárias sociais, em seu conjunto, são aquilo que, por assim dizer, ‘confere sentido ao mundo’. Elas não são um simples reflexo deformado por interesses de dominação de uma classe sobre a outra, ou uma ‘falsa consciência’, (sobre)determinada pela ‘infra-estrutura-econômica’ tal como se dá com a versão mais simples do conceito marxistas de ideologia. Muito menos podem elas ser vistas como representando meramente ‘imaginação’, no sentido usual de irrealidade. As significações imaginárias sociais são muito reais em sua efetividade, e seu conceito foi proposto, desde o começo, no âmbito de uma avassaladora resposta crítica ao economicismo e ao objetivismo racionalistas embutidos, de acordo com Castoriadis, no materialismo histórico. Elas correspondem aos valores sociais nucleares (veiculados por meio de mitos, tabus, crenças diversas, weltanschauungen...) que fornecem um sentido para o mundo de cada sociedade particular. Para Castoriadis, cada sociedade particular se ‘auto-institui’ ao criar as significações imaginárias sociais que, por assim dizer, emprestam sentidos a cada processo social. O conjunto articulado dessas significações imaginárias sociais forma o imaginário da sociedade em questão, em cujo interior os indivíduos são socializados e modelados enquanto seres sociais, ou ‘fabricados’ como membro de uma sociedade particular (SOUZA, 2006, p. 71-2, grifos do autor).

As significações imaginárias sociais são um conjunto de significados, valores, ideias, crenças e explicações que constituem o indivíduo. As significações, tidas como verdades universais e anônimas, sendo representadas em nosso mundo social, podem corresponder ao percebido, ao racional ou ao imaginário. Significação é como o sujeito articula as representações. Esse conjunto de significações imaginárias sociais dá forma às representações imaginárias sociais que, por sua vez, orientam as instituições da sociedade.

A diversidade de instituições produzidas por uma sociedade forma a instituição da sociedade como um todo. Essa unidade maior é coesa e vasta de significações que norteiam tanto o indivíduo quanto a própria sociedade. São essas “significações imaginárias sociais”,

assim denominadas por Castoriadis (1987, p. 230), que dão vida à sociedade. Conforme esse filósofo:

Na dimensão propriamente imaginária, a existência é significação. As significações podem ser demarcadas, mas não determinadas. Elas se conectam indefinidamente umas as outras, sob o modo fundamental do remetimento (renvoi). Toda significação remete a um número indefinido de outras significações (CASTORIADIS, 1987, p. 235).

As instituições e as significações imaginárias sociais são criações do imaginário radical, do imaginário social instituinte, da capacidade criadora da coletividade anônima, tal qual se manifesta claramente, por exemplo, na e pela criação da linguagem, das formas de família, dos costumes, das idéias etc (CASTORIADIS, 1987-1992, p. 158-9).

Castoriadis entende que as significações são imaginárias porque vão além do plano do real ou do racional, ou seja, ultrapassam a dimensão conjuntista-identitária⁷, sendo consideradas infinitas por estarem no plano da criação, não existindo um ponto onde elas se esgotam. Essas significações são também sociais, porque só existem em um coletivo impessoal e anônimo, ou seja, são instituídas na relação com o outro por meio da socialização da psique, a partir do coletivo anônimo. Além disso, são individuais ao serem vivenciadas e transformadas na imaginação do sujeito e externalizadas através da subjetividade de cada indivíduo. Dessa maneira, é possível compreendê-las como criação do social anônimo, do próprio imaginário social.

Segundo Castoriadis (1982), a significação imaginária social corresponde ao valor atribuído pelo humano a tudo o que existe dentro de uma sociedade e que não seja subordinado às regras da mesma – fora do âmbito da dimensão conjuntista-identitária. Esse valor está na relação existente entre o significante e o significado, podendo um signo assumir diferentes significados e um significado ter vários signos, o que diz respeito à indeterminação relativa. “Tudo isso faz com que surjam encadeamentos de significantes, relações entre significantes e significados, conexões e consequências, que não eram visadas nem previstas” (CASTORIADIS, 1982, p. 152). Entretanto, o sentido atribuído ao significante não é

⁷ A instituição da sociedade e as significações imaginárias sociais se dão em duas dimensões indissociáveis: a dimensão conjuntista-identitária e a dimensão imaginária. Essas dimensões são indissociáveis, irreduzíveis, separadas apenas em um plano conceitual, didático. A dimensão conjuntista-identitária é a organização lógica da sociedade, é o modo pelo qual a sociedade opera, funciona. E a dimensão imaginária é a significação, o sentido que atribuo a algo, em que toda significação remete a um número indefinido de outras significações. A dimensão imaginária não é desprovida de lógica, mas tem sua lógica própria. Castoriadis explica que há uma coexistência da dimensão conjuntista-identitária e da dimensão imaginária. A união dessas duas dimensões é o imaginário, o qual compreende o homem em sua dinâmica social-histórica e psíquica.

simplesmente o resultado da combinação dos signos. Do contrário, estaríamos voltando a considerar somente uma concepção funcionalista e estruturalista⁸ – baseada na funcionalidade e na racionalidade –, as quais foram criticadas por Castoriadis. Todavia, esse sentido está sustentado pelos valores simbólicos permeados nas representações imaginárias sociais.

As significações imaginárias sociais funcionam como respostas às questões lançadas ao mundo – ao coletivo anônimo – pelo homem. Assim como a racionalidade, as significações imaginárias sociais atribuem sentido aos fenômenos do mundo, no entanto, essas significações encontram-se em um plano imaginário e vai além do racional.

É possível dizer, então, que as significações imaginárias sociais têm um papel de escolha que

é feita por um sistema de significações imaginárias que valorizam e desvalorizam, estruturam e hierarquizam um conjunto cruzado de objetos e de faltas correspondentes, e no qual pode-se ler, mais facilmente que em qualquer outro, essa coisa tão incerta como incontestável que é a orientação de uma sociedade (CASTORIADIS, 1982, p. 181).

É por meio dessa escolha que o sujeito atribui sentido ao mundo e, segundo Castoriadis (1992, p. 93), “o homem é um ser que procura o sentido. E para satisfazer essa necessidade de sentido, cria o sentido”. Trata-se, portanto, de compreender os significados que os sujeitos atribuem à sociedade.

Para se compreender a subjetividade de um indivíduo não se pode deixar de compreender o seu mundo inter e intrarrelacional. Um sujeito é constituído a partir de condições materiais, históricas, familiares, sociais e psicológicas. “O homem só existe na e pela sociedade – e a sociedade sempre é histórica” (CASTORIADIS, 1987, p. 228). Com isso, ao estudar a subjetividade do indivíduo é preciso compreender suas relações familiares, sua vida afetiva, suas relações no trabalho, entre outros meios sociais, considerando, assim, este sujeito dentro de uma dialética social. Entender, pois, sua subjetividade nesse contexto

⁸ Castoriadis, por meio de seu pensamento evolutivo e não linear, critica as duas vertentes do pensamento filosófico ocidental: o funcionalismo e o estruturalismo. Critica o funcionalismo como fim em si mesmo por entender que a sociedade não poderia existir somente para suprir suas necessidades básicas por meio da mera repetição. Entretanto, essa satisfação de necessidade também compõe a vida institucional, sendo peça fundamental em seu desenvolvimento. Outra crítica ao pensamento filosófico ocidental é feita ao estruturalismo, para o qual “a sociedade é vista como um organismo cujas partes relacionam-se de certa maneira, determináveis racionalmente, sendo as estruturas sociais consideradas como algo natural-lógico” (BARRETTO, 2003, p. 87). Por meio da combinação de elementos teríamos formas sociais finitas, pré-determinadas, contrapondo a ideia de criação castoriadiana, segundo a qual, o social é concebido, constituído e instituído por meio de um coletivo anônimo, permeado por novas formas, um vir a ser. Contudo, Castoriadis não anula a categoria da determinidade e da linearidade do pensamento moderno, mas inclui a capacidade criadora e a indeterminidade como pressuposto da existência humana na acepção do pensamento contemporâneo.

histórico, nessa sociedade e nas suas próprias significações é percorrer os caminhos do seu imaginário.

Dessa forma, há uma articulação e uma definição da dinâmica imaginária de uma sociedade, que, por meio de relações instituídas e relações instituintes, mantêm ou modificam a história dessa sociedade. Com isso, ao se estabelecer uma nova significação, tem-se uma nova criação imaginária, isto é,

as significações, por serem constitutivas dos indivíduos, sobrevivem na vida social em nossos modos de ser e são expressas através das representações imaginárias que produzimos e verbalizamos. Uma adesão que não é, a priori, uma escolha, mas uma contingência do processo de socialização, que permite relativa manutenção e sobrevivência das instituições que regulam nossa vida diária (BRASIL, 2007, p. 29).

Ao considerar as representações, há uma referência direta à psique, pois ela é a própria representação. Esta se forma naquela, ou seja, “a representação só pode formar-se na e pela psique”, sendo esta a “emergência de representações acompanhadas de um afeto e inseridas num processo intencional” (CASTORIADIS, 1982, p. 324). Dessa forma, a primeira representação se origina na psique a partir de um nada de representação.

A psique é um *formante* que só existe em e por *aquilo* que ele forma e *como* aquilo que ele forma; ela é *Bildung* e *Einbildung* – formação e imaginação – ela é imaginação radical que faz surgir já uma ‘primeira’ representação a partir de um nada de representação, isto é, *a partir de nada*. [...]. Não pode haver vida psíquica se a psique não é capacidade originária de fazer surgir representações, e no ‘início’ numa ‘primeira’ representação que, de certa maneira deve contar em si a possibilidade de organização de toda representação – que seja um formado formante, uma figura que será germe de esquemas de figuração (CASTORIADIS, 1982, p. 325).

Essa abordagem considera que a origem das representações é criada e imaginada. As representações são fluxos representativos incessantes e com diferentes formas de representações, ou seja, várias imagens, sons, figuras, tudo que emerge no pensamento. Castoriadis (1982) explica que o fluxo representativo é a emergência constante do objeto através das imagens, isto é, um

surgimento ininterrupto de um fluxo representativo de imagens e de figuras de toda espécie (visuais, acústicas, verbais, etc) que se colocam ou se empurram, demoram ou fogem, entram umas nas outras ou saem sem sair, fusionam ou se decompõem, prendem-se umas às outras embora desaparecendo continuamente. Existe sempre fora do sono sem sonho,

imagem no sentido mais geral, mais indefinido, do termo: existe sempre representação (CASTORIADIS, 1982, p. 366).

A representação possibilita relações incessantes e indeterminadas de pertencimento. Além de ser inesgotável e indeterminada, por meio do fluxo representativo constante, admite uma relação de remissão, ou seja, toda representação remete a outras representações. Entretanto, não há nada pré-estabelecido que predisponha esse remetimento.

As representações imaginárias sociais possibilitam compreender como um fenômeno existe em uma realidade, em uma sociedade; de que maneira ele é vivenciado, comunicado, compreendido, isto é, a forma como se age em relação a ele. Nesse sentido, as representações imaginárias sociais são concomitantemente produtos e processos que servem para nos orientarmos no mundo, para compreendermos o mundo e para nos socializarmos.

Considerando tudo o que já foi discutido anteriormente, é possível dizer que as representações imaginárias sociais correspondem ao meio pelo qual se chega aos sentidos, aos significados que cada ser humano constrói durante a sua socialização e/ou individualmente. É por meio da compreensão dessas representações de cada sujeito que conhecemos como ele significa a realidade. Elas são, dessa forma, as materializações das significações e se constituem em Estado, família, casamento, amante, indivíduo, tabu, uma forma de ser homem, de ser mulher. Isso quer dizer que essas representações são a maneira pela qual uma sociedade é pensada.

Barretto (2004) explica que são *representações*, porque são constituídas pelos conteúdos ideativo, afetivo e intencional; *imaginárias*, porque não correspondem necessariamente ao real, nem ao lógico-formal; e *sociais*, porque são compartilhadas pelo coletivo anônimo.

A representação imaginária social é condição de possibilidade para as imagens, é o que faz as imagens se tornarem imagens. A mediação, nesse sentido, entre significação e imagem é dada pela linguagem através de seus significantes e significados que estão disponíveis em um coletivo anônimo. “Essas significações só aparecem veiculadas por estruturas significantes; mas isso não quer dizer que elas se reduzem a isso nem que daí resultem de maneira unívoca, nem enfim que por elas sejam determinadas” (CASTORIADIS, 1982, p. 166).

Quando as mulheres expressam em seus discursos o que significa a expressão da *infidelidade conjugal feminina*, elas estão relacionando as representações compostas de imagem/afeto/intenção que são produtos do imaginário radical. Pois

Não há pensamento sem representação; pensar é sempre também necessariamente colocar em movimento, em certas direções e segundo certas regras (não necessariamente controladas, nem umas nem outras), representações: figuras, esquemas, imagens de palavras – e isso não é nem acidental, nem condição exterior, nem apoio, mas o próprio elemento do pensamento (CASTORIADIS, 1982, p. 373).

O sentido de representação castoriadiano é o de que em nossa relação com o mundo formamos imagens, construímos um mundo imaginário, que não quer dizer fictício, preenche de representações ou significações imaginárias acompanhadas de um vetor afetivo e outro intencional (PASSOS, 2006). Como as representações são veiculadas pela linguagem, podemos entender que elas são elaboradas não por um único sujeito e sim por sujeitos sociais que constituem um coletivo anônimo pensante.

Passos (2006) explica que, para Castoriadis, a vida civilizada impõe uma diferenciação, indispensável do sujeito, de um domínio identificado de real psíquico – constituído pelo inconsciente e pelas pulsões – para o domínio das representações ou significações sociais e subjetivas. Nesse sentido, a subjetividade só pode ser construída pela socialização do sujeito, no domínio da representação, que, para Castoriadis, corresponde ao domínio do social-histórico.

Dessa forma, a representação é tudo que se apresenta no pensamento, nos discursos, nas encenações, nos rituais. É o próprio sujeito em suas ações, valores, crenças e opiniões. É a interface entre a psique e o social-histórico. É o que emerge consciente ou inconscientemente no sujeito, que foge do controle do que está instituído, indo além desse instituído e sendo, ao mesmo tempo, o próprio instituído.

Assim, por serem essencialmente dinâmicas, as representações são produtos de determinações sócio-históricas, bem como construções que orientam uma sociedade. São conhecimentos sociais instituídos no imaginário social que definem o modo de ser particular de um sujeito e de uma sociedade, ou seja, as representações situam o indivíduo no mundo.

Diante do exposto, trabalharei com conteúdos, ideias e valores que orientam a ação humana, voltando-me, mais especificamente, para compreender como se dão as representações imaginárias sociais no que diz respeito à relação extraconjugal feminina e que estão presentes nos discursos de mulheres que mantêm esse tipo de relação.

4 - CASAMENTO E INFIDELIDADE CONJUGAL: DIFERENTES FORMAS DE VIVENCIAR OS LAÇOS AFETIVOS

As diferentes formas de amar, de casar e de ser infiel são possíveis e existentes no momento em que a compreensão das representações imaginárias sobre infidelidade feminina considera a constituição subjetiva dessas participantes, ou seja, existe uma forma de organizar o casamento e a infidelidade.

Nesse sentido, ao se considerar o discurso de cada participante, suas formações imaginárias adquirem importância não por causa de fatores reais, cuja significação surgiria para si só, mas porque a valorização ou a desvalorização dos acontecimentos da vida de cada uma das entrevistadas é organizada pela imaginação delas, utilizando as representações disponíveis na sociedade em que estão inseridas. Daí que, a partir da análise que se segue, as representações sobre infidelidade feminina, identificadas na análise da fala das depoentes, são construções de seus mundos próprios, singular e pessoal, são também imaginárias e sociais.

A organização deste capítulo constituiu-se primeiramente em abordar a temática conjugalidade, sendo necessário entender, por meio da literatura consultada e das entrevistas realizadas, o significado de casamento para as depoentes, como elas conceituam e o representam. No segundo tópico deste capítulo é analisado o discurso sobre infidelidade feminina, discutindo primeiramente as representações de infidelidade para essas mulheres com base na literatura consultada e os discursos das participantes; posteriormente, analisa-se como é para essas mulheres se reconhecerem infiéis perante a reação das outras pessoas, ou seja, como acreditam que são vistas pela sociedade.

4.1 - Conjugalidade: obrigação de exclusividade afetiva e sexual

Giddens (1993) explica que, na Europa premoderna, a maioria dos casamentos era construída menos sobre o alicerce da atração sexual mútua e mais pela situação econômica. Entre os pobres, o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário. Nesse contexto, seria difícil a vida do casal, caracterizada pelo trabalho árduo, ou seja, seria difícil que o casal vivesse uma paixão sexual. O autor expõe que há relatos de que entre os camponeses da França e da Alemanha do século XVII, o beijo, a carícia e outras formas de afeição física relacionadas ao sexo eram raras entre os casais casados.

A partir da modernidade, evidenciou-se uma ideia de conjugalidade⁹ relacionada ao significado de intimidade e de complementaridade conjugal, sendo a intimidade uma das

⁹ Neste trabalho, conjugalidade, casamento e relacionamento conjugal são entendidos como equivalentes entre si.

características da relação conjugal. O casamento passou a ter uma forte significação para os cônjuges, devido ao alto grau de proximidade, de intimidade e do intenso envolvimento afetivo, configurando-se como uma “escolha individual, responsável e autônoma, baseada em laços de afeto e de afinidade” (FÉRES-CARNEIRO & MAGALHÃES, 2003, p. 5-6) e privilegiando a satisfação sexual, o prazer e o amor.

Ao admitir uma cosmovisão psíquica, Féres-Carneiro e Magalhães (2003, p. 2) definem conjugalidade como uma “dimensão psicológica compartilhada, que possui uma dinâmica inconsciente com leis e funcionamentos específicos”. Para as autoras, a conjugalidade assenta-se em ideias e valores igualitários na relação, sendo um espaço de construção de sentimentos íntimos, de desejos, de expectativas, de preenchimento e de complementaridade mútua conjugal, características almejadas para um relacionamento conjugal.

Em contrapartida, ao definir casamento como um relacionamento cuja principal característica é a vivência cotidiana que se dá entre duas pessoas formando um casal, Gonçalves (1999) afirma que esse tipo de relacionamento possui um caráter dinâmico, tendo em vista que aqueles que o vivem buscam modificá-lo e adequá-lo a novos anseios e, ao mesmo tempo, buscam vivê-lo intensamente.

A conjugalidade na definição de Dihel (2002 *apud* O GLOBO, 2004) é a união entre duas pessoas, sem necessariamente a existência de um contrato formal entre elas. Essa forma de se estabelecer vínculos conjugais, sem que seja através do contrato formal por meio do casamento civil ou religioso se dá pelas transformações sociais e culturais pelas quais os vínculos afetivos e sexuais vieram se instituindo.

O casamento pode ser instituído por meio de um ritual religioso e/ou jurídico, denominado casamento religioso e casamento civil, respectivamente. Entretanto, os parceiros podem unir-se sem o estabelecimento de nenhum desses dois rituais formais e sim por meio do vínculo existente entre os pares denominados casamento consensual.

No entanto, na elucidação de Giddens (1993, p. 68-9)

o termo relacionamento, significa um vínculo emocional próximo e continuado com outra pessoa, só chegou ao uso geral em uma época relativamente recente. Refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes consideram que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem.

O casamento na modernidade configurou-se como uma união que tem como elementos constituintes o amor recíproco, o respeito, a compreensão, a amizade e o diálogo. Sendo que, destes, o amor é tido como elemento de sustentação e responsável pela durabilidade do relacionamento. De acordo com Giddens (1993), o casamento não supre todas as necessidades do indivíduo e de seu cônjuge. Além disso, existem cônjuges que acreditam que o casamento é viver uma monotonia ou ter uma paixão ardente pelo(a) companheiro(a).

Giddens (1993) explica que, com a criação dos sentidos de amor romântico, é preciso compreendê-la em relação a vários conjuntos de influências que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII. Um desses conjuntos foi a criação do lar; a modificação nas relações entre pais e filhos; e a invenção da maternidade. Com isso, a idealização da mãe se constituiu em uma ideia integrante da moderna construção da maternidade cujos valores propagaram sobre o amor romântico. A representação imagética da *esposa* e *mãe* reforçou um modelo de *dois sexos* das atividades e dos sentimentos. O autor comenta que as mulheres eram reconhecidas pelos homens como sendo diferentes e incompreensíveis, o que levava à associação da maternidade com a feminilidade.

Segundo Giddens (1993), o amor romântico era essencialmente um amor feminilizado. As significações sobre o amor romântico estavam explicitamente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior. O desenvolvimento de tais sentidos foi uma expressão de poder das mulheres, uma asserção contraditória da autonomia diante da privação.

Como especialistas do coração, as mulheres estabelecem contato uma com a outra em uma condição de igualdade pessoal e social, dentro dos espectros das divisões de classe. As amizades entre as mulheres ajudaram a mitigar os desapontamentos do casamento, mas mostraram-se por si só compensadoras (GIDDENS, 1993, p. 55).

Entretanto, parece que quando tais modificações não são efetivadas ou são insuficientes para oxigenar o casamento, a relação fica monótona como relata Elza:

Eu acho que o nosso casamento caiu na rotina, é todo dia a mesma coisa, sempre o mesmo chateamento, sempre a mesma conversa, nunca fazer algo diferente, quando eu convidava ele pra ir no motel, ele achava ruim. [...] A gente foi perdendo o carinho um pelo outro, aquela forma de falar, aquela forma de agir... tudo isso foi, de repente, mudando de uma certa forma, assim, ele chegava em casa, achava que eu tinha a obrigação de tá em casa, de tá a toalha no banheiro, tá o short e a cueca também, o prato na mesa, a comida tá pronta. Então pra ele isso é tudo. Pra ele tudo se resumiu a isso (ELZA).

No depoimento das entrevistadas, percebeu-se que tal monotonia é vivenciada como foi citado acima, bem como se percebeu que os relatos confirmam a teoria sobre a temática quando metade das entrevistadas significou o casamento como uma relação de cumplicidade, boa convivência, compartilhamento das atividades diárias, companheirismo, fidelidade, como pode ser observado nos seguintes relatos:

Estar vivendo com uma pessoa não deixa de ser um casamento. [...] Casamento é uma coisa sublime. Eu falo sublime porque é uma coisa que está na bíblia. Tem que ter todas as qualidades, ser fiel, companheiro, amigo, cúmplice, respeito, é tudo. Então, por isso que eu acho que deveria continuar. Então, a gente pensa que está escrito lá, que é uma coisa de Deus, que Deus deixou, mas hoje está do jeito que está. Eu acho que a vida a dois é uma coisa séria, que a vida a dois é uma coisa muito difícil (BIANCA).

É ter uma relação muito boa, ser muito cúmplice, muito amigo. É convivência, é compartilhar (CLARA).

Tem que ter afinidade, cumplicidade, respeito, amor (MÁRCIA).

Casamento é quando a pessoa se preocupa com o outro, dá força, dizer que ama, que admira, que sou esforçada, que sou importante (MAÍSA).

A base do casamento é o respeito, a fidelidade, o amor, é compartilhar, é cuidar... não é um sair pra um lado e o outro pro outro (OLINDA).

Por outro lado, a maioria das entrevistadas continua casada com o marido por uma questão de conveniência social e financeira como a educação dos filhos e o apoio financeiro na manutenção do orçamento familiar. Isso ficou bem explícito no relato da entrevistada Sílvia ao comentar da importância da instituição casamento e no discurso da depoente Elza ao falar sobre a divisão dos bens materiais:

É importante por uma parte na educação dos filhos. [...] Eu acho que o casamento só serve pra isso, pra mostrar para sociedade (SILVIA).

Eu não me separo porque vai ter que dividir as coisas, talvez tenha que vender a casa porque eu não vou ficar morando lá com ele (ELZA).

Segundo Zampieri (2004), os casamentos contemporâneos brasileiros são perpassados por amor e ódio, luxúria e repulsão, inveja e culpa, piedade, aversão, admiração, dependência, medo e outras emoções e sensações.

Essas mudanças que vêm ocorrendo na relação conjugal possibilitam que os pares vivenciem a conjugalidade diferentemente dos casamentos tradicionais¹⁰, visto que, na contemporaneidade, os casais decidem morar em casas separadas, viver juntos sem legalizar a relação, há casais homossexuais com filhos adotados ou através da inseminação artificial, bem como pessoas solteiras com filhos oriundos da adoção ou produção independente. Isso mostra as novas configurações de arranjos conjugais e familiares instituídos atualmente, com práticas tradicionais.

Jablonski (2003 *apud* O GLOBO, 2004) e Gonçalves (1999) apontam que um dos fatores que contribuiu para essas mudanças que estão ocorrendo no casamento, instituindo-se novos padrões de conjugalidade, foi o movimento feminista que, ao engendrar mudanças sociais, políticas, culturais e o uso de métodos contraceptivos, possibilitou a entrada de mulheres no mercado de trabalho. A autonomia financeira e a busca pela igualdade de direitos proporcionaram que as mulheres vivenciassem com mais plenitude a sua sexualidade. Isso permitiu tais transformações na conjugalidade (ALVES & PITANGUY, 1981).

Havia um mundo feminino, privado, da casa, que passou a se colocar como oposto ao mundo público, da rua, que se tornou no imaginário social um mundo masculino. Segundo Vaitsman (1994), as mudanças na sociedade capitalista geraram uma redefinição das relações de gênero, pois as transformações na família indicaram mudanças sociais mais amplas, em virtude das quais se rearticulou a participação dos homens e sobretudo das mulheres na sociedade.

Foi esta cultura que no mundo ocidental veio legitimar, mais de três séculos a segregação das mulheres da nova sociabilidade pública, lugar privilegiado das atividades políticas, artísticas, culturais, empresariais, científicas e administrativas. A família centrada nos filhos, na concepção de amor moderno e materno, na mulher rainha do lar e no pai provedor financeiro, dominaria, então, se não as práticas, pelo menos a concepção burguesa de família [...] no Brasil a partir do final do século XIX [...] (VAITSMAN, 1994, p. 31).

No entanto, o aumento da participação feminina na educação possibilitou a inserção da mulher no mercado de trabalho (VAITSMAN, 1994). As mulheres conquistaram as profissões

¹⁰ Na antiguidade, fazia parte do ritual do casamento a transmissão do nome, constituição de herdeiros, organização de um sistema de alianças e junção de fortunas. Tais rituais constituíam o imaginário sócio-histórico daquele momento (FOUCAULT, 1985). Entretanto, algumas características da antiguidade ainda são visíveis na contemporaneidade. Além disso, Foucault (1984) explica que na Grécia Antiga a mulher era propriedade do homem, ela pertencia ao marido e lhe devia uma fidelidade sexual. O homem só pertencia a si mesmo e não devia nenhuma fidelidade sexual à mulher. Portanto, não existia o conceito de *fidelidade recíproca*.

da área técnica, de domínio masculino, com maior prestígio e/ou renda. Nesse sentido, as mulheres passariam a participar do espaço público. Seguiriam o seu próprio movimento dentro do fluxo intenso das mudanças sociais, conquistando maior autonomia e deixando de ser simplesmente esposas, ao passo que se constituíram como sujeitos e como indivíduos.

Vaitsman (1994, p. 70) expõe que nos anos 70

os novos movimentos sociais, as novas linguagens de expressão da subjetividade, inclusive com o apoio da Psicanálise, o direito das minorias, todos estes eram elementos que levavam a emergência da problemática do 'outro', o que, no âmbito das relações de gênero, expressou-se na constituição das mulheres como sujeitos, indivíduos, desafiando discursos e práticas patriarcais.

Estudos sociológicos (TORRES, 2000) demonstram que é recente a ideia de uma mulher-indivíduo, ou seja, sujeito de direito e de fato no plano da lei como no cotidiano. E somente na virada do século XIX para o século XX a chamada questão feminina começa a surgir em textos da Sociologia. A função materna, tratada como finalidade central feminina fundamentada na especificidade biológica, é incompatível com a ideia de uma mulher autônoma, senhora do seu destino e das suas decisões, com a capacidade de se manter materialmente ou de partilhar com os parceiros as funções de provedor da família. Torres (2000) afirma que é essa incompatibilidade que vem sendo posta em causa pelas transformações dos últimos anos, portanto o sentido de uma mulher-indivíduo começa se a impor à ideia de uma mulher-natureza.

Torres (2000) destaca o fato de a atividade profissional das mulheres não ser necessariamente considerada. A atividade profissional aparece valorizada pelas mulheres por várias razões, dentre elas como forma de acréscimo de poder na relação conjugal perante o marido. A autora explica que apesar da acumulação de funções e da sobrecarga de trabalho, o que resulta é que a atividade profissional feminina contribuiu para o acréscimo de poder de decisão das mulheres no contexto familiar e conjugal, traduzindo-se em um processo de individualização mitigada, abrandada.

Esse poder de decisão da mulher no contexto familiar resultou no que Goldenberg (1991 *apud* O GLOBO, 2004) apresenta que, há um novo ideal de relacionamento conjugal assentado em uma relação mais igualitária, na decisão conjunta e planejada a respeito de ter filhos, valorização do trabalho profissional, ausência do duplo padrão de moralidade, valorização do prazer na relação e não obrigatoriedade dos vínculos formais. Entretanto,

Goldenberg (1991) faz um contraponto ao novo ideal de relacionamento conjugal ao afirmar que:

O perigo maior do casamento é então, ‘o cotidiano’, ‘a rotina’, ‘a burocratização’, ‘a mesmice’, a certeza de possuir o outro que levam à morte da paixão/desejo. [...] esta é a grande contradição do casamento, pois ao mesmo tempo que se quer possuir o outro, que se tem um desejo natural de exclusividade, essa posse pode levar à morte do desejo (GOLDENBERG, 1991, p. 55).

O casamento não é mais apresentado como um rito de passagem controlado pela sociedade (BÉJIN, 1987). Pelo contrário, o vínculo matrimonial é baseado em responsabilidades e desejos internos e não em coerções sociais. Desse modo, o casamento, na contemporaneidade, é mais uma escolha do que uma obrigação.

Esse propósito da não obrigatoriedade dos vínculos conjugais assenta-se no amor e na fidelidade, de tal forma que a fidelidade seja vivenciada não como uma imposição e sim como uma opção, como explica Salem (1987 *apud* GOLDENBERG, 1991), ao entender que a fidelidade não é vivida por imposição social baseada na moralidade, mas por uma opção pessoal, uma escolha de pessoas que decidem exigir direitos iguais dentro de uma relação.

Corroborando o significado de fidelidade, Abreu (2006) expõe que ser fiel está relacionado à noção de amor, respeito, consideração, companheirismo e outros sentimentos próprios do relacionamento afetivo. Ainda relacionado ao ideal de fidelidade, Scabello (2006) explica que a sociedade, ao legitimar a fidelidade, minimizou as ocorrências de relações extraconjugais. Com respeito a isso, Béjin (1987) também afirma que, hoje, os relacionamentos mostram uma configuração ancorada na negociação, no acordo entre os cônjuges.

O casamento está representado por diferentes configurações, ou seja, por novos arranjos como, por exemplo, o modelo alternativo de casamento. Esse modelo apresenta como característica os cônjuges morarem em casas separadas, principalmente quando se trata de um segundo casamento. Dessa forma, tal modelo constitui outros significados para as relações afetivo-sexuais na contemporaneidade.

As transformações ocorridas no relacionamento conjugal ao longo do percurso social-histórico estão relacionadas com uma convivência tensa – conflituosa na qual as relações instituídas e as instituintes se contrapõem – entre o valor do *velho* contido no casamento tradicional e o valor do *novo* referente ao casamento moderno (SALEM, 1980 *apud* GOLDENBERG, 1991). Essa linha de pensamento está muito próxima da concepção de

Castoriadis (1987, p. 238), quando cita: “o antigo entra no novo com a significação que o novo lhe dá, e não poderia entrar nele de outra maneira”. Isso nos leva a pensar que os valores do casamento tradicional são ressignificados no casamento contemporâneo, ou seja, o *velho* não é totalmente excluído no *novo*. Novas formas sociais vão sendo criadas, compostas por um fluxo representativo que é o imaginário social. São as representações antigas que se reconfiguram surgindo novas representações de casamento.

Nesse sentido, podemos pensar que a conjugalidade: inscreve-se em relações e trajetórias sociais e de gênero; refere-se à produção de sentido e de identidade; diz respeito à afetividade; é a que identifica o casamento como fonte produtora de realidade; remete ao fato de ela ser social e historicamente situada (TORRES, 2000).

Há a necessidade de contextualizar a conjugalidade nas coordenadas espaço/tempo para analisar de que maneira as transformações de valores interpelam os sujeitos e que efeitos têm nas suas práticas e representações (TORRES, 2000), pois os sentidos circulam, interferem e podem, em certos contextos sociais mais do que em outros, criar e transformar as relações e os processos sociais.

4.2 - As Representações Imaginárias da Infidelidade Conjugal Feminina

Ao trabalhar com o sentido que as mulheres atribuem à relação extraconjugal feminina, em um determinado contexto sócio-histórico, adentro em um campo eivado de valores e discursos que configuram subjetividades, que compõe o imaginário social e individual de mulheres que se declararam infiéis a seus cônjuges. Os depoimentos das entrevistadas são nuances discursivas que denotam sentimentos e fantasias mais dominadas pelo imaginário feminino e menos pela racionalização de obrigatoriedades conjugais.

Isso pôde ser percebido no momento em que, por mais que os sujeitos introjetem regras sociais que dão vida a uma dimensão denominada conjuntista-identitária, entendida por Castoriadis como sendo uma organização lógico-funcional da sociedade, criam maneiras de burlar tais convenções sociais como, por exemplo, a fidelidade, as obrigatoriedades de exclusividade sexual afetiva e sexual conjugais, para darem sentidos a sua dimensão imaginária satisfazendo seus desejos e indo de encontro com o que não é aceito socialmente, como, por exemplo, a infidelidade conjugal.

O contexto de análise gerou pontos comuns e divergentes entre as depoentes, os quais se configuraram em **dois núcleos de significação temática** que emergiram das falas das depoentes: **(1) Infidelidade e suas nuances; (2) Infidelidade e autoimagem.**

No primeiro núcleo de significação temática – Infidelidade e suas nuances – objetiva-se discutir sobre as diferentes formas de representações de infidelidade, partindo-se do princípio de que nuances corresponde à diferença delicada entre coisas do mesmo gênero (FERNANDES; LUFT & GUIMARÃES, 2001). Por exemplo, para uma entrevistada, o fato de somente pensar e desejar outro homem já se configura em uma relação infiel; entretanto, outra entrevistada acredita que só há traição se houver relação sexual. Além disso, neste núcleo temático tratarei sobre o que representa fidelidade para essas mulheres que traem seus parceiros. Discutirei ainda sobre a culpa sentida por essas mulheres infiéis, assim como as justificativas que dão para trair seus cônjuges. Posteriormente, é feita uma cronologia das ocorrências e das classificações das relações extraconjugais, mostrando em quais anos do casamento são mais frequentes, de acordo com Zampieri (2004) e Goldenbreg (2006).

No segundo núcleo de significação temática – Infidelidade e autoimagem – tratarei de analisar como essas mulheres se percebem sendo infiéis, bem como o que elas pensam da reação das outras pessoas, ou seja, qual a reação do social em direção a mulheres que traem seus cônjuges.

4.2.1 - A infidelidade e suas nuances

Antes de começar a discutir sobre infidelidade, faz-se necessário compreender o que significa fidelidade para as participantes da pesquisa, pois, como foi comentado anteriormente, existiu, durante as entrevistas, um contraponto, ou seja, ao falarem de suas vivências infiéis, relataram também sobre a fidelidade e o casamento. O significado de casamento para essas mulheres já foi comentado no item anterior deste capítulo, então, neste momento farei um breve diálogo sobre fidelidade para posteriormente discutir a respeito do que é infidelidade para as entrevistadas.

A naturalidade com que as entrevistadas trataram o tema possui uma ligação com a mudança das novas configurações de relações afetivas no que diz respeito à infidelidade (BÉJIN, 1987). Anteriormente existia uma dupla moral, na qual a mulher devia total fidelidade ao homem, enquanto que para o homem era aceita uma fidelidade parcial. É possível fazer uma analogia com Foucault (1984), ao explicar que na Grécia Antiga não havia uma *fidelidade recíproca*, pois a mulher era propriedade do homem, isto é, pertencia ao marido e devia a ele fidelidade sexual. Já o homem só pertencia a si mesmo e não devia nenhuma fidelidade sexual à mulher. Ser infiel era permitido ao homem, mas não à mulher. Havia, nesse sentido, o que Foucault (1984) denominou *dupla fidelidade sexual*.

Hoje, a fidelidade conjugal está assentada em uma negociação, em um pacto igualitário entre homem e mulher em uma relação afetiva. Nessa relação, um é fiel ao outro devido a seus sentimentos, interesses, companheirismo, respeito ao próprio desejo de estar juntos. Dessa forma, pode-se dizer que deixou de existir uma dupla moral e se vivencia uma única moral, na qual a fidelidade é negociada entre os cônjuges.

Na análise dos depoimentos ficou explícito que as entrevistadas ao relatarem sobre infidelidade, discursavam também sobre fidelidade e casamento. Dessa forma, me pareceu haver a necessidade delas fazerem um contraponto da infidelidade com a fidelidade. Isso ficou visível nos trechos em que, ao discursarem sobre infidelidade, faziam algum tipo de comparação e/ou justificativa com o casamento e a fidelidade.

Sendo assim, a pesquisa, ao tratar do tema infidelidade feminina, buscou compreender como as entrevistadas representam a fidelidade e o casamento, não como uma temática que seria aprofundada na pesquisa, mas como um tema que demarcasse o que essas mulheres considerariam como infidelidade.

Por exemplo, para as entrevistadas,

A fidelidade é o companheirismo, a confiança, o casal estar junto. A fidelidade vem muito do teu companheirismo, do teu dia-a-dia (ELZA).

Pra mim ser fiel, é o respeito, é companheirismo, é você tá satisfeito com a relação que você tem. [...] E em relação ao companheirismo é você ter alguém, que esteja com você o tempo inteiro, não é só tá na hora do sexo, não é só tá na hora de sair, que esteja compartilhando tudo, coisas boas, coisas ruins, alguém que você possa dividir os teus problemas. [...] O respeito é você tá plenamente satisfeito com o outro, que o outro te preencha em todos os aspectos. [...] Uma boa relação de companheirismo, de amizade. Na relação sexual, eu acho que esses aspectos para o indivíduo ele tem que tá, porque é o que você busca na outra pessoa: carinho, amor, compreensão, companheirismo, amizade (CLARA).

A maioria das entrevistadas representa a fidelidade por meio do companheirismo e do respeito. A minoria acredita que a fidelidade está relacionada com a confiança, como o amor e o prazer de estar com outra pessoa, o que pode ser percebido nos trechos acima. As entrevistadas, em sua maioria, correlacionaram a fidelidade a partir da relação com o esposo. No entanto, há um fato interessante, em que uma das entrevistadas assumiu uma postura de fidelidade individual, ou seja, é fiel consigo mesma e não negociada com o outro, significando que a sua fidelidade está direcionada a si, a seus próprios sentimentos e desejos, chegando a negar a crença social da vivência da fidelidade direcionada ao cônjuge:

Hoje, pelo o que eu tô vivendo, a minha fidelidade é comigo, com os meus sentimentos, o que eu quero. Eu não digo fidelidade com uma outra pessoa, hoje eu descobri que isso não existe. Antigamente eu achava que existia fidelidade. A fidelidade é mais pessoal, sentimental. Ser fiel a si mesmo, aos meus sentimentos, às minhas vontades, às coisas que eu realmente quero. Pra mim eu acho que fidelidade é isso. Hoje eu enxergo assim, mas antes não (CÁTIA).

Essa mudança do *antes* para o *hoje* na fala da entrevistada Cátia demonstra que a sua concepção sobre fidelidade mudou, não sendo estável, portanto, há significações particulares que apontam para uma fidelidade com seus sentimentos, desejos e vontades, uma postura de assumir que ser fiel no casamento parte de si, de uma decisão sua e não somente do outro. Diferente da maioria das entrevistadas, Cátia apresenta uma orientação nas suas escolhas afetivas sexuais, em que a satisfação de seus desejos vem antes de uma preocupação em agradar ao parceiro.

Nesse sentido, fica claro que a representação imaginária ultrapassa uma dimensão conjuntista-identitária, ou seja, uma visão assentada na racionalidade e na funcionalidade. Isso ocorre pelo fato das regras impostas socialmente – como, por exemplo, a fidelidade – não serem predominantes havendo espaço para a capacidade imaginativa do sujeito.

Compreender a infidelidade feminina envolve saber que, hoje, as mulheres desfrutam de uma maior liberdade sexual, negociação sexual e afetiva, de tal forma que podem expressar seus desejos sexuais. As mulheres saem de uma posição de submissão, de serem somente percebidas como objeto de desejo dos homens, para assumirem atitudes de sujeitos desejantes e falarem, de forma espontânea, de suas relações afetivas e sexuais.

Entre tantas formas de considerar o que seria infidelidade feminina, a pesquisa procurou delimitar a compreensão das representações imaginárias sobre infidelidade feminina dentro de uma abordagem social-histórica atrelada à teoria de Castoriadis. Dessa forma, por mais que Castoriadis não tenha se dedicado a estudar as relações extraconjugais, sua teoria demarca as formas de criação de sentido que a humanidade construiu e a maneira pela qual a sociedade é pensada, organizada e objetivada.

O entendimento sobre o trair só existe porque dentro de uma lógica conjuntista-identitária o contrato de exclusividade afetivo-sexual rege as formas de vivenciar um relacionamento conjugal. De outra maneira, a traição não seria uma transgressão, materializada por meio da infidelidade, se fosse mais uma forma de relacionamento aceita socialmente como uma regra instituída pelo coletivo anônimo.

De uma forma geral, o tema da infidelidade é pauta de estudo em diferentes contextos histórico-sociais. Por exemplo, a análise de Béjin (1987) sobre casais heterossexuais, no contexto francês, permitiu compreender que a relação extraconjugal é “um modo de vida que manifesta atualmente um grande poder de contágio”. O tema em questão não é velado e muito tem interessado saber que a relação extraconjugal é algo “baseado em desejos internos (e não em coerções sociais) e na igualdade entre os parceiros amorosos” em que homens e mulheres são tomados por fantasias e vontades de vivenciar relações transgressoras (BÉJIN, 1987, p. 35). Inclusive este autor utiliza a nomenclatura *casamentos extraconjugais*, porque alguns relacionamentos extraconjugais assumem formas de relações estáveis, muitas vezes, mais estáveis até mesmo do que as relações básicas – relações conjugais oficiais.

Na fala das entrevistadas, ser infiel está relacionado com desejos e fantasias que nem sempre são vivenciados na materialidade, mas apenas no pensamento, como explica Elza:

Infidelidade é a partir do momento em que você já passa a pensar, você já está traindo, a verdade é essa, a partir do momento que você já sente desejo ou algo assim por uma outra pessoa, você já tá traindo (ELZA).

Assim como em relação à falta de sentimento pelo marido, como fala Olinda:

É a falta de amor. É trair ele. Ser infiel é conviver com uma pessoa e ele não gostar de você, não te amar e a gente passa a ser infiel para aquela pessoa que a gente não ama (OLINDA).

Nesses dois depoimentos é possível perceber que o contato afetivo-sexual com uma pessoa fora do casamento não é a única forma de representar a traição, mas, para essas duas depoentes, o desejar outra pessoa fora do casamento ou a falta de amor pelo marido significa uma forma de trair.

Zampieri (2004, p. 155) define infidelidade conjugal como “uma quebra de confiança e o rompimento do acordo conjugal sobre a exclusividade sexual no relacionamento monogâmico”, ou seja, a infidelidade está ligada à quebra do acordo sobre a exclusividade sexual e afetiva. A autora também explica que a infidelidade conjugal está ancorada em três aspectos interligados: o psicológico, o sociocultural e o biológico. Essa definição de Zampieri (2004) serviu para identificar o que as participantes pensam sobre suas relações infiéis.

Na perspectiva psicológica, a infidelidade é vivida como um ato desesperado de autoafirmação ou de confirmação de ser homem e de ser mulher, como uma forma de testar se ainda são atraentes e desejáveis ou como uma maneira de provocar ciúmes e despertar

interesse de seu cônjuge – por este estar acomodado e desligado emocional e sexualmente. Isso são situações que as falas das entrevistadas ilustram, mostrando que a traição envolve questões psíquicas ancoradas na vontade de experimentar situações diferentes daquelas que o casamento proporciona.

Giddens (1993) considera o amor apaixonado como a expressão de uma conexão genérica entre o amor e a ligação sexual. O amor apaixonado é apontado por uma urgência que o coloca fora da vida cotidiana, com a qual, tende a se conflitar. O envolvimento emocional com o outro é tão profundo que leva o indivíduo a excluir suas obrigações habituais, pois o amor apaixonado possui uma qualidade de encantamento.

Giddens (1993) argumenta que a criação de sentidos associados ao amor romântico vinculou o amor à liberdade, ambos sendo considerados estados normativos desejáveis. O significado de amor apaixonado tem sido o de libertador, na medida em que gera uma quebra da rotina e do dever. Foi especialmente esse sentido do amor apaixonado que o colocou fora das instituições existentes. Ao contrário desse amor, os significados do amor romântico adentraram diretamente os laços emergentes entre a liberdade e a autorrealização; penetraram no imaginário feminino e orientaram a construção de fantasias que permeiam as relações afetivo-sexuais. Pode-se perceber as representações nos trechos que seguem:

[...] eu acho que é o desejo... foi o desejo de pele, o desejo de ter uma pessoa completamente diferente do que eu tinha, uma pessoa que te dá atenção, que te dá tudo aquilo que tu precisavas naquele momento. É como se tu estivesses no chão e alguém foi lá e te puxou (CÁTIA).

Quando uma mulher é casada, ela procura o quê? As coisas diferentes que não tem na sua casa, que ela andava insatisfeita. Então eu não tinha, meu marido não saía comigo e quando saía era só pra confusão (MÁRCIA).

As representações sobre o ideal de amor romântico afetam as relações e delas emergem sentimentos como o ciúme, sendo um dos fatores que levam à traição. Entretanto, esse provocar ciúmes e despertar interesse de seu conjugue, explicitado por Zampieri (2004), não foi confirmado nas entrevistas. Porém, foi observado que a traição pode distanciar gradativamente o casal, transformando o cotidiano em uma relação monótona, como ocorreu com a depoente Elza, bem como cobrar menos atenção do marido, no caso da entrevistada Cátia, o que também possibilita o distanciamento do casal:

[...] hoje quando ele tá do meu lado, é como se ele não existisse. Um ato de carinho dele eu já me sentia retraída, já ficava inibida, já achava estranho, a

relação é mecanizada, parece um robô, mas eu não deixo de dá atenção. Então, na verdade, eu fui perceber que eu não gostava mais dele, quando eu comecei a transar com ele por transar, por obrigação e não por prazer. Por mais que ele tente fazer de tudo um pouco eu não consigo mais sentir nada no beijo, no abraço dele (ELZA).

Quando a gente começa a ver o casamento desmoronar e tu não ter aonde apoiar, apóia num terceiro e eu vou te dizer que eu acho que foi o que melhorou a minha convivência com meu marido, porque eu comecei a dar menos atenção e a cobrar menos atenção dele também, muito menos (CÁTIA).

Por outro lado, parece que a culpa sentida pelas mulheres infiéis pode mediar uma aparente aproximação no momento em que a mulher utiliza de artifícios como, por exemplo, uma fantasia, objetivando uma pseudoaproximação em direção ao marido. Entretanto, fica explícito que tais artifícios objetivam apenas diminuir a culpa sentida por elas.

Outras traições são justificadas por vingança de fatos reais ou fantasiosos que o cônjuge possivelmente teria cometido com intuito de deteriorar o casamento, para dar uma nova oxigenação ao casamento monótono, por curiosidade em saber como seria estar com uma pessoa diferente de seu cônjuge, em decorrência da rejeição afetiva e/ou sexual, por carência de intimidades (como, por exemplo, fazer posições sexuais que seus companheiros não aceitam), para confidenciar suas experiências, ou por “raiva contra a instituição social casamento, que priva seus cônjuges de suas liberdades eróticas” (ZAMPIERI, 2004, p. 161).

A partir de um período todo e qualquer relacionamento vai sofrendo desgastes, surgindo então a necessidade de fazer o relacionamento reascender e daí o casal precisa ter consciência para fazê-lo reavivar e essa decaída do relacionamento tá relacionado de alguma forma com a ausência de carinho, atenção e companheirismo (DIANA).

Foi quando eu descobri que ele me traiu. Logo depois que a gente casou, eu descobri que ele tinha uma namorada, que tava até noivo. Casado comigo! Aí eu me desgostei totalmente dele. Por que a mulher não trai? Porque ela ama o marido dela. Depois que eu fui descobrindo as coisas, começou a morrer aquele sentimento, foi morrendo aos poucos. Porque ele não me valorizava, eu me sentia feia, velha, acabada, apesar de ser nova, mas ele não me elogiava. Ele vivia saindo, fazendo farra. Eu descobria as safadezas, que ele se metia em festa, viajava e não me levava (MÁRCIA).

[...] eu só senti necessidade de trair pela traição dele (BIANCA).

Todas essas questões, identificadas na maioria dos depoimentos, são configurações comuns e representações recorrentes que envolvem motivos que levam as mulheres a trair.

Diana justifica a traição devido à monotonia no casamento. Tanto Márcia quanto Bianca atribuíam suas traições ao rompimento de fidelidade afetivo-sexual de seus cônjuges. Márcia também encadeia sentimentos de rejeição que contribuíram para ela trair, fato que demonstra que a falta de jogo de sedução no casamento, como o elogio e a valorização da companheira como mulher e esposa, quando ausente no casamento, reforça situações de que trair seria punir silenciosamente o marido; ou, ainda, uma sinalização ao cônjuge de como gostaria de ser tratado(a) e seduzido(a) novamente, pois o pouco êxito sexual com seu cônjuge devido à falta de desejo, disfunção erétil ou anorgasmia levam essas mulheres a procurarem outros parceiros fora do casamento.

Eu acho que a gente pouco se percebe nas relações, então pra muita gente se transar legal tá bem; acha que isso é tudo. Acaba fazendo da relação uma coisa complexa, que envolve várias questões, essas coisas precisam estar interligadas, em sintonia, em harmonia. Às vezes tu tá com um cara, aí tu diz: “minha vida sexual não é muito boa, mas o cara é ótimo pra mim, ele me dá vários presentes, faz tudo que eu quero”. Acontece de tu experimentar um que é melhor sexualmente ou afetivamente, daí acontece a traição (CLARA).

Nos depoimentos também foi possível encontrar reações de culpa, confusão, medo de ser descoberta, de que a traição repita-se, da instabilidade emocional. Outras vezes, com menor frequência, o infiel estimula o cônjuge a trair para se livrar da culpa. A infidelidade sexual pode ter como consequência o sentimento de culpa e temor de quem traiu e a ira daquele que foi traído pelo cônjuge, com o objetivo de responsabilizá-lo sobre a própria traição.

A culpa... acho que sempre vai ter, ela vai ficar comigo pro resto da minha vida com certeza. A culpa vai persistir porque eu fiz uma coisa que para mim, para os meus princípios, pro que eu aprendi que tá errado, mas eu não consigo me desvencilhar, ainda não (CÁTIA).

Eu me arrependi em parte. Me arrependi, porque eu fui criada numa religião evangélica, que a minha mãe era evangélica e sempre passou uma coisa para gente, que eu leio muito a Bíblia, e eu estava errada. Isso, para mim, devido eu participar da religião, eu sabia que eu estava errada, que eu pequei, eu já pedi perdão para Deus (SILVIA).

Além disso, é comum que as pessoas dominadas pela culpa depois de uma infidelidade se distanciem do companheiro que nada suspeita, cujo amor faz com que se sintam ainda mais culpados (ZAMPIERI, 2004). Ao mesmo tempo, o infiel vai procurar a única pessoa que pode

aliviar a culpa, o que foi cúmplice no ato, aquele que pode assegurar que nada de errado foi feito. A culpa, conseqüentemente, pode prejudicar o casamento e alimentar a extraconjugalidade, nessas situações.

Tu só tens ele pra conversar, tu não podes conversar com uma amiga, com um colega de trabalho, ninguém, muito menos com o teu marido. Então a única pessoa que tu tens pra falar, desabafar qualquer coisa é ele. [...] E daí parece que ele me tranquilizava pra diminuir a culpa (CÁTIA).

Sendo assim, é possível entender que o amante é o único suporte com quem a mulher infiel pode contar, por isso, compartilha suas confidências, tentando diminuir a sua culpa pela traição. Isso parece possibilitar o estreitamento dos laços extraconjugais no momento em que o amante pode ser um aporte psicológico para essas mulheres, bem como fortalecer o vínculo na relação extraconjugal.

O sentimento de culpa também pode ser entendido sobre outra perspectiva. Por exemplo, Abreu (2006), ao pesquisar as representações sobre infidelidade afetiva e sexual, identificou que a presença ou a ausência de culpa está atrelada à compreensão de como mulheres e homens veem a infidelidade de acordo com os diferentes níveis sociais. A autora constatou em sua pesquisa que,

em parte, mulheres e homens vêem a infidelidade como a gratificação de um apetite, ou mais genericamente a satisfação de desejos. Embora pertençam a relações socialmente estabelecidas e pautadas pelo pacto de exclusividade, para os informantes atingirem essa satisfação, não precisa que haja relacionamentos em desgastes, ou seja, a infidelidade para esses colaboradores muitas vezes não é vista como uma prática ilícita, pois elas(es) não se percebem e não se assumem como sendo infiéis. A ausência de sentimento de culpa é fator importante que justifica a não percepção de infidelidade, pois se verificou que a infidelidade afetiva e sexual só ocorre caso haja envolvimento emocional. O desejo é o que determina o comportamento extraconjugal, não é emocional, não se trata de amor, mas de atração/desejo físico. Logo há uma diferença de enfoque, o que é infidelidade para uns pode não ser para outros (ABREU, 2006, p. 90).

A pesquisa de Abreu (2006) constatou que a culpa depende do tipo de envolvimento, se sexual, não houve infidelidade, se emocional, houve infidelidade, logo emerge a culpa. No entanto, nos trechos das entrevistas, percebeu-se que a culpa é mais sentida, porque as pessoas têm as instituições introjetadas devido às instituições funcionarem como reguladoras de comportamento, de decisões e de sentimentos.

Em uma perspectiva sociocultural, Zampieri (2004) explica que a infidelidade conjugal ocorre com mais frequência em alguns momentos do casamento. Um primeiro momento diz respeito aos dois primeiros anos de casamento (possivelmente devido ao luto da paixão) em que é mais comum a traição dos homens. No segundo momento, ocorre aproximadamente no décimo ano de matrimônio, em que as infidelidades ancoradas em problemas sexuais, mais especificamente na falta de desejo pelo parceiro e nas traições, são tidas como possibilidades para estabilizar ou sobreviver o casamento. Nesse momento, há a dúvida entre ficar com o cônjuge ou com o amante, devido aos filhos ou à divisão dos bens materiais. Segundo Zampieri (2004), alguns casais permanecem juntos mesmo quando a relação não está bem, por ser melhor para sua vida social, por satisfazer a família e por ser vantajoso profissionalmente, como é relatado por Elza:

Se não fosse o Beto [amante] eu não sei se eu ainda tava com o Romário [esposo], eu acho que não tava mais. [...] eu penso em separar, mas tem a nossa casa, a gente tem dois filhos adolescentes [...] (ELZA).

Em um terceiro momento, a infidelidade ocorre por volta de vinte anos de conjugalidade, principalmente quando crises conjugais anteriores não foram resolvidas, período que também coincide com a saída dos filhos de casa.

Eu acho que o nosso casamento caiu na rotina, é todo dia a mesma coisa, sempre o mesmo chateamento, sempre a mesma conversa, nunca faz algo diferente, quando eu convidava ele pra ir no motel, ele achava ruim. Mas no caso o carinho, aquela forma de falar, aquela forma de agir... tudo isso foi, de repente, mudando de uma certa forma, assim, ele chegava em casa, achava que eu tinha a obrigação de tá em casa, de tá a toalha no banheiro, tá o short e a cueca também, o prato na mesa, a comida tá pronta. Então pra ele isso é tudo. Pra ele tudo se resumiu a isso (ELZA).

O depoimento de Elza demonstra que, depois de dez anos de relacionamento com o marido, os problemas conjugais como a falta de carinho, a falta de fantasias sexuais e o papel de submissão da mulher dentro de casa levaram-na a ser infiel. Nessa abordagem, Goldenberg (1991) também compartilha da perspectiva de Zampieri (2004) no que se refere aos relacionamentos extraconjugais. Eles podem acontecer por inúmeros motivos, por exemplo, ao viver uma crise no casamento ou por uma necessidade interior sem estar relacionada a algum problema no casamento (GOLDENBERG, 1991).

De acordo com Goldenberg (2006), a primeira relação extraconjugal geralmente ocorre nos quatro primeiros anos de relacionamento. A segunda ocorrência se dá entre os

vinte e quarenta anos de casamento para os homens e para as mulheres entre o quinto e o nono ano de união.

Foi possível perceber que na fala das entrevistadas, existe a justificativa de que a traição ocorre por motivos de instinto.

Porque se eu estou com uma pessoa que eu gosto, que eu acho prazeroso, que tem tudo a ver comigo, tem carinho, tem pele, tem tudo. Se a mulher tem uma situação dessa e ela se volta para uma terceira pessoa, pelo menos para pensar na infidelidade, é porque isso já é dela, já nasceu com ela... Assim como o homem tem, a mulher também tem o instinto de traição, da infidelidade (BIANCA).

A fala de Bianca ilustra outra discussão acerca da infidelidade, isto é, a infidelidade é vista sob uma perspectiva da evolução biológica do ser humano. Segundo Zampieri (2004), os primatas mais próximos do ser humano não têm vínculos sexuais exclusivos e isso leva a pensar que a construção social da monogamia reprimiu nossas vontades sexuais. Dessa forma, quando a mulher não possui qualquer motivo externo ligado ao casamento que influencie na traição, é comum justificar a infidelidade por razões biológicas: “a infidelidade sexual conjugal pode ser um ato espontâneo, como uma nova resposta a pressões morais e repressivas que os seres humanos sofreram” (ZAMPIERI, 2004, p. 165).

Essa questão faz compreender o que Castoriadis (1982) trata sobre o papel da instituição, de impor à psique o reconhecimento de uma realidade comum a todos, engendrada pelos processos de socialização, tornando o indivíduo social no momento em que passa pelo processo de interiorização do mundo e das significações de uma realidade humana criada pelo próprio homem.

Uma das justificativas da infidelidade feminina é apontada por Baker (*apud* ZAMPIERI, 2004), em que as mulheres mais bem sucedidas relacionavam-se com homens que garantissem recursos para as prover junto com sua prole. Essas mulheres vinculavam-se com outros homens que funcionassem como suporte para uma eventual morte do parceiro. Nessa mesma linha de pensamento, Buss (*apud* ZAMPIERI, 2004) afirma que a mulher moderna busca homens adicionais aos maridos pela função crucial de sua segurança e de seus filhos, explicando-se por uma sabedoria ancestral.

Zampieri (2004) explica que estudiosos da infidelidade resumem em quatro grupos o padrão de infidelidade. 1) Infidelidade acidental: atos sexuais não planejados que, ao ocorrerem, deixam as pessoas desorientadas. Talvez a maioria das infidelidades comece assim, suas emoções primárias são culpa e ansiedade. 2) Namoro infiel: atividade sexual

habitual, que parece natural para o namorado e é motivada mais pelo medo e desejo em relação ao sexo oposto do que por quaisquer forças dentro do casamento ou pelo relacionamento sexual imediato. 3) Casos românticos: momentos de extrema loucura e paixão em que os amantes esquecem os seus casamentos e sua família. 4) Arranjos conjugais: necessidade de se manter uma distância desejada pelo cônjuge, ou seja, a falta de cumplicidade, proximidade entre o casal. A emoção/sentimento permeia o casamento, mas o sexo acontece fora dele. Esses quatro padrões expostos acima estão imbricados entre si e representam a variedade mais comum do fenômeno.

Goldenberg (2006) também elucida que a infidelidade conjugal é classificada em três tipos: (1) a traição como desejo para vencer a monotonia do casamento; (2) a traição para demarcar a masculinidade ou a feminilidade que é baseada em satisfações temporárias, ou seja, em vínculos rápidos de conquista e logo seguido de afastamento; e (3) a busca constante de um ideal de amor romântico nunca encontrado que tem como origem uma insatisfação afetiva.

Há situações em que um cônjuge culpa o outro a fim de se eximir da responsabilidade da infidelidade ou, então, culpa o parceiro pela falta de felicidade vivida na conjugalidade. Um dos discursos criados sobre a infidelidade, segundo Goldenberg (2006), é que ela destrói o casamento. Porém, como concluiu a autora, apesar de gerar sofrimento, conflito, somente um terço dos casais rompe o relacionamento após descobrirem que foram traídos. Nesse sentido, a infidelidade pode deteriorar o casamento, tendo em vista que a maioria das entrevistadas apontou a traição dos maridos como causa primária que as levaram a construir um relacionamento extraconjugal.

Esse ponto confirmou as principais constatações dos estudos tanto de Goldenberg (2006; 2004; 1995; 1991) quanto de Zampieri (2004), segundo as quais as mulheres perdoam com mais frequência as traições de seus maridos, diferente dos homens, entre os quais o perdão da infidelidade de suas parceiras não é praticado. Essa constatação é identificada na fala de todas as entrevistadas, em que nenhuma delas revelou a seus parceiros suas relações extraconjugais, pois sabiam que não seriam aceitas

Outra constatação da autora é que o homem possui mais dificuldade em compreender a infidelidade da parceira, enquanto que a mulher – por representações culturais que naturalizam a traição masculina – perdoa com maior frequência a traição do seu parceiro (GOLDENBERG, 2006).

“Os homens traem por disponibilidade. As mulheres, porque não se sentem desejadas. É a falta de desejo do marido pelo corpo dela que a faz testar se seu corpo ainda é desejável”

(GOLDENBERG, 2006, p. 250), ou seja, os homens afirmam trair, porque desejam trair, não responsabilizando a parceira por seus atos. Já a mulher justifica sua traição por insatisfação com o parceiro, falta de amor, para levantar a autoestima, vingança ao marido, por ela ter sido desejada por outro homem e, na maioria das vezes, por não se sentir mais desejada pelo parceiro.

As considerações de Goldenberg (2006) dialogam com as falas das entrevistadas, evidenciando os sentimentos de mágoa, de vingança e de raiva como justificativa para que tenham procurado em outros relacionamentos o suprimento para suas necessidades psicológicas, isto é, carinho, bem estar, felicidade, atenção de uma figura masculina. Isso pode ser justificado pelo discurso da maioria das entrevistadas como, por exemplo:

Eu traí porque eu não agüentava mais, eu não tinha carinho em casa, não me dava mais atenção em casa. Traí por mágoa e por vingança. Por mágoa, de saber que ele estava com outra pessoa, dele não ter me respeitado. E por vingança, por ele ter me traído (SILVIA).

A gente não sabe porque trai. Porque às vezes a pessoa é movida pelo momento, pela situação que acontece, com a raiva. Então no momento em que ela descobre que o marido a traiu com uma vagabunda qualquer, né? Nesse momento, nessa situação. Aconteceu comigo. De ter sido traída. Ai eu também traí (MÁRCIA).

Porque a minha vida já estava acabando com meu marido. A minha vida não está legal com meu marido. Já está mais pra terminar do que pra ficar. O problema que eu quero terminar e ele não quer sair da minha vida (OLINDA).

A infidelidade dos homens é melhor aceita pela sociedade. É perdoada e justificada pela crença da natural necessidade de sexo e da variação de parceiras que os homens justificam necessitar (ZAMPIERI, 2004). Em outras palavras, isso pode ser corroborado por meio da explicação de (GOLDENBERG, 2006, p. 345), ao elucidar que “os homens justificam suas traições por meio de uma suposta essência ou instinto masculino. Já as mulheres infiéis relatam que seus parceiros, com suas faltas e galinhagens, são os verdadeiros responsáveis por suas relações extraconjugais” (GOLDENBERG, 2006, p. 345). Segundo uma visão feminina, ser infiel é trair a confiança do parceiro (GOLDENBERG, 2004). Dessa forma, tanto no estudo de Zampieri (2004) quanto no de Goldenberg (2006), os discursos sobre relação extraconjugal emergem em várias vozes: as masculinas que as justificam a partir de um olhar essencialista e naturalista dos instintos humanos; e as vozes femininas que

justificam as suas relações extraconjugais na falta de atenção e de desejo de seus conjugues em relação às esposas.

À infidelidade feminina tem-se proferido observações também relacionadas ao risco de gravidez. Por exemplo, Baker e Bellis (2000 *apud* ZAMPIERI, 2004) levantam a discussão de que as mulheres infiéis a seus parceiros têm maior possibilidade de engravidar mantendo relações sexuais extraconjugais do que por meio das relações sexuais com o cônjuge. Os autores alegam que essa fertilidade excessiva fora do casamento esteja relacionada ao prazer mais intenso que a mulher tem com seu amante.

Concordo com os autores no que diz respeito ao prazer, pois, para as mulheres que entrevistei, a relação extraconjugal desperta mais libido e estimula suas fantasias eróticas. Porém, no que se refere à relação, vejo que existe um elemento a mais em relação à prazer e fertilização tratados por Beker e Bellis (2000 *apud* ZAMPIERI, 2004).

Podemos pensar que as mulheres, ao traírem seus maridos, expõem-se a uma situação de risco: primeiro, pela prática da infidelidade; depois, pela possibilidade da relação sexual entre elas e seus amantes, sem qualquer prevenção. É necessário pensar que a exposição voluntária a algum tipo de perigo é algo próprio dos seres humanos, sendo que a representação do perigo está associada a práticas extremamente diversificadas (BARRETTO, 1998).

Como contribuição a essa consideração, acrescento que se a racionalidade predominasse sobre os demais sentidos humanos (BARRETTO, 2004), o cálculo dos possíveis danos decorrentes das condutas sexuais desprotegidas que levam a uma gravidez, por exemplo, seria suficiente para evitá-la e, dessa maneira, estabelecer a conduta pretendida. No entanto, os laços prazerosos, as trocas apaixonadas, as ligações perigosas e nada contratuais, são o que possivelmente predominam na relação entre infidelidade feminina e gravidez. Sobre essa questão, a relação entre a infidelidade feminina e o risco de gravidez estaria ligada ao que Barretto (1998) verificou sobre a mudança da conduta no sentido da prevenção, no sentido de que esta não depende exclusivamente do grau de informação das pessoas.

Barretto (1998) em sua tese de doutorado verificou que a mudança de conduta no sentido da prevenção não depende exclusivamente do grau de informação das pessoas. O pesquisador identificou essa constatação, quando examinou as diferentes significações do risco de contaminação pelo HIV entre homens de nível de escolaridade universitária e de orientação sexual homoerótica. A pesquisa de Barretto (1998) não abordou a infidelidade feminina, no entanto, chegou a conclusões acerca dos motivos que levam pessoas bem

informadas dos riscos implicados em certas situações e com condições de evitá-los a ocuparem posições de extrema vulnerabilidade, ou seja, não é o grau de escolaridade ou de informação que leva à não prevenção.

Segundo Barretto (1998), é do fluxo das representações imaginárias do indivíduo que provém o encadeamento peculiar das representações dos sujeitos. A imagem de si e do mundo, que se manifesta ativamente no plano das relações afetivas e sexuais, organiza a maneira específica como as depoentes da pesquisa lidam com o risco.

4.2.2 - Infidelidade e autoimagem

Os estudos de Abreu (2006) demonstram o que as pessoas consideram ser uma relação infiel. Essa posição referencial foi percebida nas entrevistas que realizei, revelando, ainda, uma abordagem diferenciada acerca da imagem que a sociedade constrói sobre mulheres infiéis. No trecho abaixo, a construção de uma imagem positiva ou negativa em relação às mulheres que traem, é atrelada ao comportamento do homem no casamento, ou seja, a condução moral e a sexual masculinas é determinante acerca da imagem sobre a infidelidade feminina.

Pra mim não tem problema nenhum trair. Isso não mexe em nada comigo, é uma coisa normal. Mexeria se eu tivesse um marido íntegro, fiel, carinhoso, que me correspondesse em tudo, eu seria uma sem-vergonha, uma vagabunda, se eu fosse procurar homem na rua, mas quando o cara não corresponde, não é bacana; eu dou é dez pra mulher, quando o homem merece (BIANCA).

Identifiquei, por meio das entrevistas, que a infidelidade feminina envolve a construção da autoimagem, a representação *de si* e a construção de si perante o *outro*. Tal categoria buscou particularizar a investigação, uma vez que a intenção era a representação imaginária da infidelidade feminina para essas mulheres infiéis, pois a construção de uma imagem do que seria ser infiel envolve a formação social do sujeito imbricada à objetivação da realidade e à interiorização de regras sociais (BERGER, 1985). A pesquisa constatou que em todas as falas, as entrevistadas constroem uma imagem negativa de si, ou seja, percebem de acordo com a forma como a sociedade vê uma mulher infiel. Ao relatarem sobre o que representa socialmente ser uma mulher infiel, as entrevistadas comentaram que:

Ela não representa boa coisa. Sabe como a sociedade é crítica, então ela é o quê? Uma vagabunda. É mal vista. É vista como destruidora de lares. É como se ela cometesse um crime (MÁRCIA).

Para mim, trair é um grande pecado, para a sociedade é vulgar, de repente eu me senti baixa, vulgar, mas depois eu pensei: não, ele me traiu primeiro (SILVIA).

As pessoas vão falar muito, discriminar, vão denegrir a imagem dela. Acho que elas estão na razão delas. Se elas falam é porque o erro está em mim de trair o meu marido. É... acho chato outra pessoa falar da gente. Acho que elas falam as coisas certas (OLINDA).

Eu já nem penso assim, em trair o meu marido porque não é aceito socialmente, eu já penso o que a minha família e meu marido vão imaginar, se um dia descobrir. É como se eles fossem me dá um chute, eles vão me discriminar de todas as formas (ELZA).

A maioria das entrevistadas se sente julgada e discriminada por outras pessoas do meio familiar e social, pois a sociedade entende que essas mulheres quebraram uma regra instituída por um coletivo anônimo. Entretanto, apenas uma participante revelou não ter sofrido preconceito, sendo inclusive apoiada por seus amigos no que tange à infidelidade conjugal.

Para mim, não existe discriminação. É normal trair. Eu não vejo preconceito (BIANCA).

As falas ilustram a construção da autoimagem que as entrevistadas fazem da condição de serem mulheres infieis e de como são representadas em seu meio social. Estão envolvidos valores familiares, religiosos e societais que demarcam o lugar de exclusão que elas ocupam por transgredirem regras instituídas socialmente, o que nos leva a pensar no que trata Berger (1985), quando afirma que o homem produz valores que são corporificados por meio das instituições e verifica que se sente culpado quando os transgride por ir de encontro com uma norma criada e apreendida socialmente. Podemos compreender, nesse caso, que o homem cria instituições, que funcionam como estruturas controladoras e intimidatórias do mundo externo, segundo Castoriadis (1982).

A infidelidade não está no sexo, necessariamente, mas no segredo (ZAMPIERI, 2004). Nesse sentido, a pesquisa identificou que a infidelidade não está diretamente ligada somente aos desejos sexuais, mas ao prazer que toda a situação de estar traindo representa para a pessoa que trai, ou seja, a ansiedade, o fato de vivenciar o escondido e o proibido, como pode ser percebido no discurso de Elza:

Vem muitas coisas boas, de estar junto, passeando, a única coisa que não vem, é se separar. O que eu imagino, eu faço. O que me dá vontade, eu faço.

Eu comprei uma lingerie linda, uma calcinha, um sutiã, uma camisinha feminina. Eu comprei uma fantasia. Bora que a gente vai passar o resto da tarde fazendo amor, bora que eu vou vestir pra você. Danço pra ele, eu rebolo pra ele, eu faço de tudo um pouco. Eu fico imaginando aquela ansiedade, “ah, eu vou beijar hoje, vou abraçar, eu vou amar aquele homem”. Aquela vontade, aquele desejo de querer abraçar, agarrar, beijar, ir pra cama, ir pro motel (ELZA).

A fala de Elza revela situações de prazer que ela vivenciou com seu amante. Os objetos escolhidos para explorar suas fantasias sexuais, como lingerie, demonstram a construção de um corpo feminino moldado e agenciado por discursos midiáticos, como a televisão que contribui muito para alargar uma feminilidade ligada a objetos de fetiche. Outro ponto relevante nessa entrevista é o uso do preservativo feminino, que promoveu uma libertação da sexualidade e do corpo feminino, com o qual a mulher pode vivenciar sua relação sexual, com o risco mínimo de engravidar, sem a obrigatoriedade de ser sempre mãe e se prevenindo das Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Zampieri (2004) explica que o infiel parece escolher um amante por este ter algum aspecto significativo que o diferencie do cônjuge, aspecto este mais funcional do que sexual. Portanto, “a escolha desse amante parece basear-se em um diferencial do cônjuge que pareça, ao infiel, um aspecto de superioridade deste amante com relação ao cônjuge, por parte do infiel” (p. 171). Isso pode ser observado a partir dos relatos da maioria das entrevistadas, quando explicitam a forma vivenciada na relação com o amante. Segundo a maioria das participantes, a relação com o amante representa

Bem estar, passear, rir, se divertir, sair da rotina fazendo algo diferente (BIANCA).

É te olhar como uma mulher de verdade, é valorizar com gestos, com palavras, é se importar comigo, se preocupar comigo, coisas que mulher gosta. Sempre diz que ele me ama, que sou uma mulher maravilhosa, que ele me admira, que sou esforçada. Ele fala porque é assim, você pensar de uma mulher assim é uma coisa, você falar pra ela a importância que ela tem pra você é outra coisa (MÁRCIA).

A configuração do relacionamento extraconjugal, baseada na companhia prazerosa do amante, evoca situações de lazer, de fuga da rotina diária, de momentos de felicidade, práticas pouco vivenciadas no casamento das entrevistadas.

Segundo Machado (2001), nos discursos das mulheres é possível conferir o sentido que elas dão a seus processos amorosos, pois é no domínio das representações amorosas e

afetivas que as mulheres indicam o que valorizam e o que buscam nas suas relações afetivas em relação ao companheiro.

Isso explica que a identificação de um novo significado da intimidade acaba por conduzir aos paradoxos e dificuldades no final do século XX. De um lado, devido às transformações socioestruturais, os indivíduos possuem mais autonomia em relação às instituições. O aumento da paridade entre homens e mulheres é exemplo dessas transformações e dessa maior autonomia. Todavia, por outro lado, a necessidade da intensificação das relações pessoais aumenta as esperanças em relação ao desejo de ser compreendido pelo outro e tornar-se difícil, se não impossível, que o mútuo retrato idealizado se sustente no cotidiano (TORRES, 2000).

O amor não se trata apenas de um sentimento que pairaria acima ou fora da vida social e que, como tal só poderia ser analisado no quadro da Psicologia ou do inconsciente. Ele é considerado uma espécie de mola propulsora da ação, uma força que, no quadro dos valores das sociedades contemporâneas tem o poder suficiente para criar, em sentido real e figurado, novas relações sociais. Poder para agir, força para criar, mas nem sempre com as mesmas margens de liberdade, nem com a ausência de controle (TORRES, 2000, p. 147).

Os depoimentos que ilustraram essa pesquisa configuraram um entendimento do que seria infidelidade feminina em um tempo em que os contratos de fidelidade são acordados de maneira simbólica e não necessariamente igualitária, ou seja, são as formas de convivência afetivo-sexual, pois o universo masculino é determinante, mesmo que de forma subjacente, nas escolhas que as mulheres tomam nos seus relacionamentos. Entender como as mulheres casadas, que vivem seus compromissos/contratos conjugais, significam seus relacionamentos extraconjugais perpassou pela apreensão de como a transgressão de regras e normas de obrigatoriedade dos padrões de casamento são compreendidas pelas mulheres. São fantasias femininas elaboradas por desejo de se sentirem amadas, desejadas e realizadas sexualmente.

Os trechos dos depoimentos expostos na pesquisa expressaram as representações imaginárias como uma capacidade de evocar e criar imagens, de engendrar sentidos que emergem de forma indeterminada, sem que a dimensão conjuntista-identitária seja um elemento determinante para a vivência de estilos de vida social/individual e de relacionamentos afetivo-sexuais.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatei nesta pesquisa não haver uma obrigatoriedade entre o casamento e a fidelidade, o que mostra que as regras sociais não são suficientes para direcionar condutas e determinar as ações humanas. Tal condição ajudou a identificar que as representações sobre infidelidade feminina estão atreladas às faltas e às lacunas que as mulheres encontram no casamento.

Nos depoimentos, observei não haver uma representação de infidelidade para a mulher de que ela trai pelo simples prazer de ter uma terceira pessoa envolvida na relação conjugal, sem que, de alguma forma, a relação com o seu cônjuge seja a causa primária da infidelidade. Sendo assim, a representação de infidelidade conjugal é a busca do afeto, da atenção, das fantasias sexuais, do diálogo, da felicidade, fatores que são as representações de um amor romântico no casamento, constituído pelo imaginário social sobre relação conjugal.

Ao agrupar os relatos sobre infidelidade pelas participantes da pesquisa, cheguei à conclusão de que a relação extraconjugal, mais especificamente a figura do amante, é o suprimento de uma necessidade psicológica. Tal suprimento ocorre no momento em que a mulher sente a necessidade de atenção de uma figura masculina, carinhos, cuidados, bem-estar, realização das fantasias sexuais, sendo representado, ainda, como um causador e mantenedor importante da felicidade feminina no que diz respeito à ideia de afetividade. A felicidade vivida na relação extraconjugal, então, parece não ser mais encontrada e tampouco vivenciada na relação conjugal. Além disso, entende-se que o amante tem a função de suprir a necessidade afetiva e sexual da mulher, a qual é incompleta ou inexistente no casamento, culminando em uma relação afetivo-sexual extraconjugal prazerosa para a mulher.

Dessa forma, o amante representa, imaginariamente, para a mulher um lugar o qual o marido não ocupa, ou, pelo menos, como a esposa gostaria que o cônjuge fosse.

No entanto, a vivência da infidelidade, pelas depoentes, entrou em conflito com as regras, leis introjetadas socialmente e apreendidas por meio do processo de socialização da psique. Há um conflito gerado de um lado pelo desejo, pela vontade dessa mulher como sujeito desejante em que as regras sociais são flexíveis, sustentada pela dimensão imaginária; e, por outro lado, há as regras socialmente impostas que são organizadas de uma forma mais rígida, ancorada na dimensão conjuntista-identitária. Além do mais, esse conflito é mediado e toma uma determinada grandeza pelo significado que a mulher atribui a sua vivência infiel, gerando sentimentos conflitantes entre culpa e prazer.

É nesse contexto psicológico que a mulher pode vir a se sentir culpada, já que nem todas as entrevistadas relataram que tal conflito necessariamente leva à culpa. Entretanto, a

culpa, quando vivenciada, pode tanto aproximar a mulher do cônjuge como uma tentativa de minimizar o pesar por ter traído, quanto pode afastar a mulher do parceiro, pois ela vê o amante como o único suporte para ser seu confidente e amenizar sua culpa.

Pensando assim, parece ser impossível para algumas pessoas ter suas necessidades imaginárias supridas somente com o que seja aceito pela sociedade, isto é, com o casamento. Em outras palavras, a instituição casamento, legitimada socialmente, nem sempre dá conta de satisfazer os desejos dos cônjuges, havendo o rompimento dessas regras sociais concretizadas por meio da infidelidade.

Durante a pesquisa, emergiu em alguns momentos o conflito existente entre o que é aceito socialmente e entendido como correto, e o que é vedado pela sociedade, mas vivenciado por essas mulheres, ou seja, a infidelidade conjugal. Entretanto, o que salta aos olhos é que a prioridade está na dimensão imaginária ou na imaginação como artefato gerenciador da relação extraconjugal, pois se os comportamentos dos humanos fossem mediados exclusivamente pelas regras instituídas socialmente ou pela racionalização, não haveria a infidelidade conjugal.

Além do mais, as entrevistadas vivenciam uma situação de risco à medida que traem seus maridos, visto que podem sofrer sanções sociais devido à instituição casamento impor a obrigatoriedade da exclusividade afetiva e sexual e a infidelidade não ser legitimada em nossa sociedade. Nesse sentido, essas mulheres têm o conhecimento, através da racionalidade, de como elas podem evitar a infidelidade. Todavia, constata-se que o fator racionalidade não é suficiente para orientar as ações e as escolhas do sujeito, entrando em cena o que Castoriadis afirma ser a principal característica humana, a imaginação.

O fato de sentirem receio de serem punidas socialmente e reconhecerem cognitivamente que estão tomando atitudes que vão de encontro com o pensamento, normas e valores que organizam, até então, a sociedade, ou seja, o comprometimento que os casais têm de serem fiéis a seus cônjuges, parece não ser suficiente para orientar a conduta das entrevistadas.

Desse modo, entende-se que as regras sociais por meio das instituições não dão conta, por si só, de determinar e guiar o pensamento, a ação e o desejo dos sujeitos, o que confirma a coexistência da imaginação na orientação e escolha das ações dos sujeitos.

Durante a análise dos dados conclui-se que há diversas formas de trair, ou seja, o que é infidelidade para uma entrevistada não é para outra. Isso se dá devido ao fluxo representativo das representações imaginárias ao assumirem significados deslizantes, mais ou menos flexíveis, mostrando a subjetividade, a particularidade de cada sujeito.

Dessa maneira, a natureza essencialmente imaginária do processo representativo possibilitou que as significações adquirissem sentidos diversos e diferentes daqueles, mais estáveis, já existentes no campo do simbólico. Isso porque as ideias têm a possibilidade de se relacionar interminavelmente com outras, bem como por serem capazes de substituir umas às outras por meio do que Castoriadis denomina de remetimento.

Nesse sentido, no campo do imaginário a relação entre o significante e o significado assume características mais flexíveis se comparada às relações entre o significante e o significado no campo do simbólico, as quais se apresentam de forma mais rígida e estável.

Por mais que sejam diferentes, a dimensão imaginária e a dimensão simbólica são redes que coexistem, sendo uma imprescindível à existência da outra. Isso quer dizer que nem a dimensão imaginária nem a simbólica vivem isoladamente, tendo suas importâncias equivalentes, em que uma dimensão não é superior a outra.

São as instituições nas quais se internalizam os campos simbólico e imaginário, essa interligação garante a coesão da sociedade e simultaneamente agrupam as condições necessárias para o surgimento de novas formas históricas. As instituições sociais produzem o indivíduo de acordo com suas normas, com as significações que são criadas por uma sociedade em um determinado momento histórico.

É a instituição da sociedade que impõe e define a forma e as características dos indivíduos mediante a coerção, a legitimidade e a socialização da psique, sendo que as instituições são incorporadas individualmente. Mas reconhecer a participação decisiva das instituições na constituição do indivíduo, não significa delimitá-lo no âmbito exclusivo da passividade.

Tal compreensão serviu para perceber que a maioria das entrevistadas se mostrou culpada por estar traindo seus cônjuges mais pelas regras familiares, no que trata da conduta de uma esposa exemplar, e menos por estar fazendo algo que tivesse rompido com o contrato de fidelidade entre elas e seus cônjuges.

No entanto, é no imaginário que se dá o entrelaçamento do indivíduo com a sociedade que o produz e onde ocorre a tensão entre as necessidades da psique e as imposições das instituições da sociedade. A imaginação enquanto fluxo representativo indeterminado é comum aos seres humanos, mas também é singular a cada um.

A contribuição a partir do pensamento de Castoriadis foi essencial para analisar as representações imaginárias sociais, no que tange à ideia de que a principal característica humana é a imaginação. No mais, o aspecto da dimensão conjuntista-identitária castoriadiana possibilitou compreender a forma como a sociedade se organiza sustentada pelas instituições

sociais. Como as relações conjugais são sustentadas e mantidas diante das contradições entre fidelidade e infidelidade para as mulheres e entre ser a esposa companheira e compreensiva e ser a mulher que deseja, que quer sentir e experimentar outras relações.

A teoria de Castoriadis permitiu compreender as representações imaginárias sociais dessas mulheres que se dizem casadas e que mantêm relações extraconjugais. Não sendo possível, portanto, nem com um esforço sobre-humano, compreender as infinitas representações existentes no campo do imaginário e do simbólico. Dessa forma, acredito que se tenha refletido considerável, clara e eticamente sobre o que se objetivou nesta dissertação.

6 - REFERÊNCIAS

ABREU, Rachel de Oliveira. **Infidelidades**: representações masculinas e femininas. Belém, 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

ALVES, Bianca Moreira. & PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

AUGRAS, Monique. “Mil Janelas”: Teóricos do Imaginário. *In: Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.107-131, 2000.

BARRETTO, André Maurício Lima. Aceitação e recusa de limites na prática sexual entre homens: o papel do imaginário. *In: CARDOSO, Marta Rezende. (org.). Limites*. 1 ed. São Paulo, 2004, p. 179-192.

BARRETTO, André Maurício Lima. O imaginário radical na concepção de Cornelius Castoriadis. *In: NUFEN*. Belém, v. 1, n. 1, p. 83-114, ago/dez 2003.

BARRETTO, André Maurício Lima. **A dimensão imaginária do risco de morte em práticas sexuais desprotegidas entre homens homoeroticamente orientados**. 1998. 213f. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

BÉJIN, André. O casamento extraconjugal dos dias de hoje. *In: ARIÈS, Philippe. & BÉJIN, André. Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BRASIL, Roberta Gilet. **Forjando-se mulher**: um estudo sobre as representações imaginárias de gênero das jovens do Bengüí. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

CARVALHO, Flávio. **Revista Veredas**. Disponível em: <http://www.traco-freudiano.org/>>. Acesso em: 03-05-2008.

CARVALHO, José Jackson Carneiro de. Contribuição de Cornelius Castoriadis à Filosofia Social Contemporânea. *In: Revista da UNIPÊ*. v. 2, n. 1, João Pessoa, 1998, p. 15-32.

CASTORIADIS, Cornelius. **A criação histórica e a instituição da sociedade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. *Psicanálise e Política*. In: CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto 3: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992.

CASTORIADIS, Cornelius. **Encruzilhadas do labirinto 2: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº. 016/00: Sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.pol.org.br/legislacao/doc/resolucao2000_16.doc>. Acessado em: 1 nov. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 196/96: Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/Reso196.doc>>. Acessado em: 1 nov. 2007.

DEL PRIORI, MARY. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FARIA-LEITÃO, Carla. & FRISON, Vitória Luiza. *Análise do Discurso: uma possibilidade metodológica para as pesquisas qualitativas em Psicologia clínica*. In: **Cadernos de Metodologia**. v. 1, n. 1. p. 61-71, 1994. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. & MAGALHÃES, Andréa Seixas. *Conjugalidade e subjetividade contemporânea: o parceiro como instrumento de legitimação do "EU"*. In: **Estudos Gerais da Psicanálise: segundo encontro mundial**. Rio de Janeiro, 2003.

FERNANDES, Francisco; LUFT; Celso Pedro & GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 55 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FLICK, Uwe. *Entrevistas semi-estruturadas*. In: FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o cuidado de si.** (1985). 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005. 3v.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres.** (1984). 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 2v.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas.** (Trad. Magda Lopes.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOLDENBERG, Mirian. **Infiel: notas de uma antropóloga.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. Ciúme e traição: reflexões antropológicas. *In: Leituras compartilhadas: ciúme, a leitura de um grande tema.* Ano 4, fascículo 12, p. 6-7, maio 2004.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. A Outra: uma reflexão antropológica sobre a infidelidade masculina. *In: NOLASCO, Sócrates. (org.). A desconstrução do masculino.* Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **Ser homem ser mulher: dentro e fora do casamento.** Rio de Janeiro: Revan, 1991.

GONÇALVES, Telma Amaral. **E o casamento, como vai?** 1999. 224f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 5 ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LÉGER, Fernand. **Os acrobatas.**1933.

LOSADA, Manoel R. O imaginário radical de Castoriadis: seus pressupostos. *In: AZAVEDO, Nyrma Souza Nunes. (org.). Imaginário e educação: reflexões teóricas e aplicações.* Campinas-SP: Alínea, 2006.

MACHADO, Marília Novaes da Mata. (2002). Psicanálise e Política no Pensamento de Cornelius Castoriadis. **Psicologia Política**. 2(4), 297-304.

MACHADO, Lia Zanotta. Família e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *In: Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. v. 4, n. 8, p. 11-26, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9 ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro – São Paulo, ABRASCO-HUCITEC, 1992.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). *In: Revista de Psicologia: Reflexão e Crítica*. v. 20, n. 1, p. 65-73, 2007. Porto Alegre.

O GLOBO. **A Conjugalidade**. Disponível em: <<http://www.oglobo.com>>. Acesso em: 28 out. 2007.

PASSOS, Izabel Christina Friche. A construção da autonomia social e psíquica no pensamento de Cornelius Castoriadis. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. v. 1, n. 1, São João Del Rei, jun. 2006.

PENNAFORTE, Charles. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.charlespennaforte.pro.br/castoriadis>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

SCABELLO, Edilaine Helena. **Desvelando a dor amorosa da infidelidade conjugal: discursos de homens e mulheres**. 2006. 327f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Poder e liberdade: da democracia à autonomia. *In: SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. *In*: CICCHELLI, Vincenzo; PEIXOTO, Clarice Ehlers & SINGLY, François de. **Família e Individualização**. (Trad. Angela Xavier de Brito.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ZAMPIERI, Ana Maria Fonseca. **Erotismo, sexualidade, casamento e infidelidade: sexualidade conjugal e prevenção do HIV e da AIDS**. São Paulo: Ágora, 2004.

APÊNDICE I: Quadro demonstrativo do perfil socioeconômico das participantes da pesquisa
Quadro demonstrativo do perfil socioeconômico das participantes da pesquisa

Nome	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda (R\$)	Tempo de Casamento (anos)	Filho	Idade do marido	Tempo de relação extraconjugal	Tempo da atual relação extraconjugal	Idade do amante	Quantidade de amantes
Bianca	48	Ensino Superior	Func. Pública	4.000,00	6	3	48	10 anos	*	*	Mais de 10
Cátia	30	Ensino Superior	Gerente	4.000,00	4	0	33	6 meses	6 meses	36	1
Clara	39	Ensino Superior	Func. Pública	2.000,00	2	1	36	1 ano	1 ano	25	1
Diana	37	Ensino Superior	Func. Pública	2.000,00	5	0	41	1 ano	1 ano	35	1
Elza	36	Ensino Médio	Func. Pública	900,00	15	3	4	6 anos	5 anos	46	2
Maísa	38	Ensino Médio	Func. Pública	1.800,00	9	1	40	2 anos	2 anos	29	1
Márcia	39	Ensino Médio	Autônoma	2.000,00	18	2	36	10 anos	2 anos	39	Mais de 15
Olinda	43	Ensino Médio	Secretária	800,00	23	6	55	3 anos	3 anos	36 e 23**	2
Sílvia	40	Ensino Superior	Func. Pública	1.200,00	22	3	44	7 meses	*	*	1

* Não existia amante no período da entrevista.

** Dois amantes concomitantemente.

APÊNDICE II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

PESQUISA: Representações Imaginárias Sociais da Infidelidade Conjugal Feminina em Belém-PA.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar e compreender as representações imaginárias sociais sobre relacionamento extraconjugal feminino, presentes no discurso de mulheres casadas que mantêm relacionamentos extraconjugais. Para isso, propõe-se a realização de entrevistas, as quais serão gravadas e transcritas, garantindo às participantes o anonimato.

As informações coletadas serão utilizadas para fins de pesquisa acadêmica do Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. A pesquisa terá como principal investigador o psicólogo Igor de Mesquita Randel, que ficará disponível para maiores informações, se necessário for, podendo ser localizado pelo telefone 8121-5687. Estando sob orientação do Prof. Dr. André Maurício Lima Barretto, docente do Curso de Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UFPA. As entrevistas serão gravadas, todavia, será garantido sigilo absoluto das mesmas. Os dados coletados durante as entrevistas serão utilizados para fins de pesquisa acadêmica, podendo ser utilizados em publicações e/ou apresentações em congressos, artigos e outros eventos acadêmicos e/ou científicos.

DECLARAÇÃO

Declaro que compreendi as informações que li e que me foram explicadas sobre a pesquisa em questão. Discuti com o psicólogo Igor de Mesquita Randel sobre a decisão de autorizar a minha participação voluntária neste estudo, ficando claros para mim quais os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem utilizados, as garantias de confidencialidade e dos esclarecimentos permanentes. Além disso, reconheço ser livre para participar deste estudo, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento em caso de não cumprimento das garantias estabelecidas ou quaisquer outros problemas decorridos da participação neste estudo.

Belém-PA, _____ de _____ de 2008.

Assinatura da Participante.

Assinatura do Pesquisador.

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências em Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP/CCS/UFPA) – Complexo de sala de aula/CCS – Sala 13 – Campus Universitário, nº. 10, Bairro do Guamá – CEP: 66075-110 – Belém-PA. Telefone: 3201-8028. E-mail: cepccs@ufpa.br.

**ANEXO: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS DO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.**



Universidade Federal do Pará



**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS DO INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Carta Provisória: 53//08 CEP-ICS/UFPA

Belém, 20 de maio de 2008.

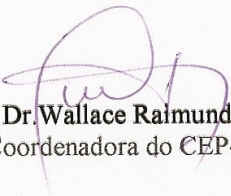
A:
Igor Mesquita Randel

Senhor Pesquisador,

Temos a satisfação de informar que seu projeto de pesquisa **“Um estudo exploratório sobre relação extraconjugal feminina em Belém-Pa”** de Protocolo nº06/08 CEP-ICS/UFPA, foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, na reunião do dia 20 de maio de 2008.

Assim, Vossa Senhoria tem o compromisso de entregar o relatório parcial do mesmo até o dia 30 de Dezembro de 2008, no CEP-ICS/UFPA, situado no Campus Universitário do Guamá, Campus profissional, no Complexo de sala de aula do ICS – sala 13 (Altos).

Atenciosamente,


Prof. Dr. Wallace Raimundo Araujo dos Santos.
 Coordenadora do CEP-ICS/UFPA

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade
 Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA) - Complexo de Sala de Aula/ CCS - Sala 13 - Campus Universitário do
 Guamá, nº 01, Guamá – CEP: 66075-110 - Belém-Pará. Tel./Fax. 3201-8028/3201-7735 E-mail:
cepcss@ufpa.br